



COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

MANHÃ

ANALISTA CVM - PERFIL 5 - GESTÃO

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR
TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo quarenta questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha para a marcação das respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões discursivas para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos das questões discursivas, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas das questões objetivas e/ou em seu caderno de textos definitivos das questões discursivas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e do caderno de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para o caderno de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

PROVA OBJETIVA CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

1

Leia o texto a seguir.

“É difícil traçar uma linha divisória entre umbanda e candomblé. Entretanto algumas noções gerais podem esclarecer as diferenças entre os dois cultos. No candomblé, os deuses vêm à Terra para dançar e ser cultuados, só aparecem em possessão depois de longo período de iniciação. Eles auxiliam os homens na solução de problemas, mas a comunicação se faz sobretudo sob a forma de oráculo (jogo de búzios), em que o intermediário é o pai ou mãe de santo. Na umbanda, as entidades vêm à Terra para trabalhar: dar consultas, passes, oferecer conselhos. Não há função oracular: fala-se diretamente com a divindade incorporada”.

O melhor resumo desse pequeno texto é:

- (A) É difícil traçar uma linha divisória entre umbanda e candomblé. No candomblé, os deuses vêm à Terra para dançar e ser cultuados, só aparecem em possessão depois de longo período de iniciação, auxiliando os homens, com a comunicação realizada sob a forma de oráculo em que o intermediário é o pai ou mãe de santo. Na umbanda, as entidades vêm à Terra para “trabalhar”, prestar ajuda. Não há função oracular: fala-se diretamente com a divindade incorporada;
- (B) É difícil traçar uma linha divisória entre umbanda e candomblé. No candomblé, os deuses vêm à Terra para dançar e ser cultuados. Na umbanda, as entidades vêm à Terra para trabalhar: dar consultas, passes, oferecer conselhos. Não há função oracular: fala-se diretamente com a divindade incorporada;
- (C) Algumas noções gerais podem esclarecer as diferenças entre os dois cultos. No candomblé, os deuses vêm à Terra para dançar e ser cultuados, enquanto, na umbanda, as entidades vêm à Terra para trabalhar: dar consultas, passes, oferecer conselhos. Não há função oracular: fala-se diretamente com a divindade incorporada;
- (D) É difícil traçar uma linha divisória entre umbanda e candomblé. Entretanto algumas noções gerais podem esclarecer. No candomblé, os deuses vêm à Terra para dançar e ser cultuados, só aparecem em possessão depois de longo período de iniciação. Na umbanda, as entidades vêm à Terra para trabalhar: dar consultas, passes, oferecer conselhos. Não há função oracular: fala-se diretamente com a divindade incorporada;
- (E) É difícil traçar uma linha divisória entre umbanda e candomblé. Entretanto algumas noções gerais podem esclarecer as diferenças entre os dois cultos.

2

No texto a seguir há a apresentação de uma opinião.

“O currículo escolar precisa urgentemente de modificações profundas, pois as disciplinas hoje estudadas pouco têm a ver com a realidade atual, provocando enorme desinteresse dos alunos. Temos que ter cuidado, no entanto, com as modificações propostas para que elas não sejam simplesmente uma mudança de palavras, que estejam mais de acordo com a moda. É hora de fazermos um amplo e sério estudo do problema, como já foi feito em outros países”.

Em relação ao procedimento de apresentação da opinião presente no texto acima, é correto afirmar que o argumentador:

- (A) apresenta sua própria opinião;
(B) apresenta uma opinião como geral;
(C) apresenta uma opinião alheia;
(D) apresenta e comenta uma opinião;
(E) confronta diversas opiniões.

3

Sempre que passamos diretamente de uma premissa para uma conclusão num ato argumentativo, assumimos como verdadeira alguma ideia intermediária não expressa.

A opção em que essa ideia intermediária está corretamente identificada é:

- (A) O motorista da ambulância que nos segue está agitado; é melhor deixar que ele nos ultrapasse. / Todo motorista de ambulância dirige irresponsavelmente;
- (B) Minha mulher encontrou-se com seu dentista num bar da cidade; vou separar-me. / Minha mulher gosta de homens da área da saúde;
- (C) O dentista recomendou-me esta nova pasta de dentes; minhas gengivas vão ficar boas logo. / O dentista é um profissional competente;
- (D) O cartaz publicitário informa que o sabonete é altamente eficiente na limpeza do corpo; vou tratar de comprá-lo. / O cartaz pretende enganar os consumidores;
- (E) São dez horas no meu relógio de pulso; vou chegar adiantado ao compromisso. / É útil ter um relógio.

4

Todos os textos abaixo pertencem ao modo descritivo de organização discursiva e mostram como tema o famoso quadro da Mona Lisa, de Leonardo Da Vinci; numa dessas descrições, a apreensão e a indicação dos elementos do tema-núcleo aparece prejudicada por uma limitação psicológica do observador.

A opção em que isso ocorre é:

- (A) A Mona Lisa está bem centralizada na tela e ao fundo aparece uma paisagem que foi identificada como de um pequeno vale italiano;
- (B) As roupas que aparecem vestidas pela Mona Lisa devem pertencer à classe nobre, que sempre procurou ostentar sua posição social diante das camadas mais pobres;
- (C) O enigmático sorriso da Mona Lisa aparece já um pouco prejudicado pela ação do tempo sobre a pintura;
- (D) Como o quadro da Mona Lisa atrai muitos visitantes ao Museu do Louvre, torna-se difícil ver todos os seus importantes detalhes, em função da distância a que ele está dos visitantes;
- (E) A posição dos braços e das mãos da Mona Lisa transfere uma tranquilidade de nobreza.

5

Em todos os textos abaixo ocorre a presença de uma falácia argumentativa, que é corretamente identificada na seguinte opção:

- (A) O motorista do carro de luxo que colidiu com o carro do aplicativo e causou a morte do motorista não merece ser preso, tendo sido sempre um ótimo filho e excelente funcionário da empresa para a qual trabalha. / Estabelece-se uma relação deficiente entre causa e efeito;
- (B) Mostram as estatísticas comparativas entre os anos de 2010 e 2024 que o nível de desemprego diminuiu consideravelmente, o que mostra o acerto das medidas do Ministro do Trabalho. / Cria-se um estereótipo de uma estatística, sempre vista como meio de enganar o próximo;
- (C) Se todos os políticos fossem cultos, nosso Congresso seria mais confiável. / Ocorre aqui um argumento autoritário, fundamentado no valor da cultura;
- (D) Os professores são como deuses no Olimpo, já que a bondade e a cultura são suas marcas. / É estabelecida uma falsa analogia, em que os elementos comparados são diferentes em algum ponto;
- (E) Se todos os estudantes lessem bons livros, sua situação escolar seria certamente bem melhor. / Ocorre uma generalização excessiva, que produz uma conclusão a partir de uma evidência insuficiente.

6

Todos os textos abaixo são exemplos de textos narrativos.

Entre eles, aquele que mostra uma continuidade da narrativa principal, sem qualquer interrupção, é:

- (A) A menina preparou-se para a primeira saída com o recente namorado. Procurou caprichar no visual e teve muito cuidado com a maquiagem. Olhou-se no espelho. Não era linda nem feia. Era professora de curso primário e torcia para que seu namorado a considerasse interessante;
- (B) No dia seguinte, levantou-se bem cedo para observar as três árvores frutíferas que havia plantado há uma semana. Viu que as folhas da tangerineira tinham crescido mais rapidamente que as folhas do pessegueiro e da ameixeira. Decidiu chamar um engenheiro agrônomo para ajudá-lo;
- (C) A encomenda chegou na parte da tarde, quando todo mundo já havia saído para a excursão. Os entregadores descarregaram a máquina na porta da casa e ele dirigiu-se para lá a fim de pedir ajuda para o transporte para o interior da casa. Como sempre acontece nessas ocasiões, os homens do carro estavam apressados e não o auxiliaram. Decidiu então cobrir a máquina com uma manta até o dia seguinte, quando pediria ajuda;
- (D) Sentiu sua roupa colada ao seu corpo, destacando seu físico forte. Limpou as mãos no lenço e preparou-se para receber os convidados. Esse menino é tão exibido, meu Deus! Lembrou-se da frase da mãe, mas sempre achou que ela era exagerada no diagnóstico;
- (E) Entrou pela porta da frente e deparou-se logo com uma pequena sala onde deixou sua mala. O cenário era o mesmo de quarenta anos atrás, com os mesmos objetos antigos sobre a mesa de centro. Entrou pelo corredor e uma imensa saudade ocupou o seu coração.

7

Todas as opções abaixo trazem textos descritivos.

Entre eles, aquele que NÃO mostra uma preparação para a introdução de um texto descritivo é:

- (A) O policial passou pela janela do quarto e ficou preocupado. Abaixo, havia um conjunto de moradores do prédio, armados de paus, esperando a chegada do assaltante; esperava dissuadi-los da agressão quando saísse, mas, com precaução, telefonou para a delegacia, pedindo reforços;
- (B) A casa era bem antiga, com móveis velhos e objetos típicos de antiquários. O retrato na parede era de seu avô. Longos bigodes, como era a moda da época, cabelos muito bem assentados e o colarinho quebrado. Sempre se achou parecido com ele;
- (C) O menino apontou para uma cena distante, no campo de futebol: um grupo de jogadores se reunia em torno do árbitro, pressionando-o com alguma reclamação, mas não pareciam ter sucesso. Logo em seguida o jogo recomeçou, mas o clima havia azedado;
- (D) O lugar era fantástico, como dizia o vendedor do terreno. Havia muitas árvores frutíferas, um pequeno regato de água límpida, uma ponte de madeira e um monte de flores que brotavam espontaneamente na beira do caminho;
- (E) A camisa nova tinha um bolso na frente, colarinho com botões nas pontas, mangas compridas, bastante aconselhadas para o inverno. Pretendia estreá-la na festa da noite.

8

Um parágrafo bem redigido deve mostrar unidade, coerência, variedade e harmonia.

O parágrafo abaixo que mostra todas essas qualidades é:

- (A) Mais de uma centena de escritórios, centros assessores e de informação prestam assistência à mulher em todo o país. Eu não estou de acordo com o aborto livre. A iniciativa foi posta em prática pelo Instituto da Mulher, pelas prefeituras interessadas no tema e pelas distintas associações de mulheres. Seu propósito foca a problemática e as necessidades específicas da mulher. A mulher, às vezes, sofre agressões de seu esposo ou companheiro;
- (B) As viaturas policiais do Rio de Janeiro conseguiram encerrar os assaltantes do supermercado numa rua sem saída. Então se produz um intenso tiroteio, de que saíram feridos os três bandidos e dois policiais;
- (C) Ouvia-se o canto dos passarinhos no bosque, que, naquelas horas da manhã, por causa do sereno noturno, produzia uma sensação especial de frescura, que, unida à luz clara, ao céu azul e à brisa fresca, tornava prazeroso o passeio entre as árvores;
- (D) Todos nós estávamos de pé sobre um veleiro moderno de onde víamos a costa distante. Ao longe, divisávamos um iate bastante luxuoso, que estava ancorado perto da praia;
- (E) Nossas universidades devem receber dotações necessárias para que as vocações científicas possam desenvolver-se. Esse objetivo é tarefa de todos. Eu nunca ganhei uma bolsa de pós-graduação. Há muitos gênios que têm que viajar para outros países onde as condições de investigação são mais favoráveis.

9

Nosso grande escritor Machado de Assis gostava de recriar frases feitas e sentenças do adagiário popular, fazendo a recriação por meio de paródias ou de adaptações corretivas.

O segmento abaixo em que esse processo NÃO foi utilizado é:

- (A) Deixa lá dizer Pascal que o homem é um caniço pensante. Não; é uma errata pensante, isso sim;
- (B) Há tanto tempo que isso sucedeu que não posso dizer com segurança se chorou deveras, ou se somente enxugou os olhos; cuido que os enxugou somente;
- (C) Certo é que os diamantes corrompiam-me um pouco a felicidade; mas não é menos certo que uma dama bonita pode muito bem amar os gregos e os seus presentes;
- (D) Tudo acaba leitor; é um velho truísmo, a que se pode acrescentar que nem tudo o que dura dura muito tempo;
- (E) Assim, quando Sofia chegou à janela que dava para o jardim, ambas as rosas riram-se a pétalas despregadas.

10

No prefácio do livro de Mário Vargas Llosa *A Civilização do espetáculo*, está presente o seguinte texto:

“É provável que nunca na história tenham sido escritos tantos tratados, ensaios, teorias e análises sobre a cultura como em nosso tempo. O fato é ainda mais surpreendente porque a cultura, no sentido tradicionalmente dado a esse vocábulo, está prestes a desaparecer em nossos dias. E talvez já tenha desaparecido, discretamente esvaziada de conteúdo, tendo este sido substituído por outro, que desnatura o conteúdo que ela teve”.

A afirmação correta sobre esse pequeno texto argumentativo, no que diz respeito às ferramentas empregadas em sua composição, é:

- (A) ocorre a presença de muitas afirmações sobre o tema, conferindo às reflexões uma grande firmeza e traduzindo a certeza do enunciador em suas próprias teorias;
- (B) o locutor utiliza a demonstração lógica ou pseudológica, apoiando seus argumentos em raciocínios que empregam relações de causa e consequência ou se apoiam sobre a própria lógica dos fatos;
- (C) o texto mostra modalização dos argumentos, expressando ideias de modo mais ou menos firme, apresentando-as prioritariamente como uma possibilidade;
- (D) entre os processos estilísticos presentes nesse texto, destaca-se a ironia, mostrando uma posição de superioridade em face do tema tratado;
- (E) os argumentos apresentados são de fato contra-argumentos, pois mostram posicionamentos opostos ao do locutor.

Estrutura do Mercado de Valores Mobiliários (MVM)

11

Tendo por base a Constituição do Brasil de 1988 e a Lei nº 4.595/1964, é correto afirmar que o Sistema Financeiro Nacional está estruturado:

- (A) de forma a orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, quer públicas, quer privadas, em todas as partes que o compõem, abrangendo, dentre outras, as instituições financeiras públicas e as sociedades cooperativas;
- (B) para propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas a maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos, incluindo, na sua organização, o Conselho Monetário Nacional;
- (C) com a finalidade de coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa, abrangendo o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e a Comissão de Valores Mobiliários;
- (D) com o objetivo de zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras e formular a política da moeda e do crédito, objetivando o progresso econômico e social do país, tendo na sua organização o Banco Central do Brasil como órgão de cúpula;
- (E) de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, sendo constituído, dentre outras entidades, pelo Banco do Brasil S/A.

12

De acordo com a Lei nº 13.874/2019, que instituiu a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, as propostas de edição e de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados, editadas por órgão ou entidade da administração pública federal, incluídas as autarquias e as fundações públicas, serão precedidas da realização de análise de impacto regulatório (AIR). Sobre ela, são apresentadas três afirmativas.

- I. Na elaboração da AIR, será adotada uma das metodologias específicas para aferição da razoabilidade do impacto econômico, dentre elas, a análise multicritério.
- II. Considera-se ato normativo de baixo impacto aquele que não provoque aumento expressivo de custos para os agentes econômicos ou para os usuários dos serviços prestados; não provoque aumento expressivo de despesa orçamentária ou financeira; e não repercuta de forma substancial nas políticas públicas de saúde, de segurança, ambientais, econômicas ou sociais.
- III. A AIR poderá ser dispensada, desde que haja decisão fundamentada do órgão ou da entidade competente, na hipótese de ato normativo que vise a preservar liquidez, solvência ou hígidez dos mercados financeiro, de capitais e de câmbio.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) III, apenas;
- (C) I e II, apenas;
- (D) II e III, apenas;
- (E) I, II e III.

13

Em relação à natureza jurídica da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e sua criação por lei, é correto afirmar que se trata de:

- (A) entidade autárquica em regime especial, instituída pela Lei nº 6.385/1976, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária;
- (B) órgão integrante da administração pública direta da União, vinculado ao Ministério da Fazenda, instituída pela Lei nº 4.728/1965, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato de 5 anos de seus dirigentes, com uma recondução, e autonomia financeira e orçamentária;
- (C) entidade autárquica em regime especial, instituída pela Lei nº 6.404/1976, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, subordinação hierárquica ao Ministério da Fazenda, mandato variável de seus dirigentes, vedada a recondução, e autonomia orçamentária;
- (D) órgão integrante da administração pública direta da União, vinculado ao Ministério do Planejamento, instituída pela Lei nº 4.595/1964, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa sujeita ao controle da CGU, ausência de subordinação hierárquica, mandato de 4 anos de seus dirigentes, e autonomia financeira;
- (E) entidade autárquica em regime especial, instituída pela Lei nº 5.772/1971, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa subordinada ao Conselho Monetário Nacional, mandato fixo de seus dirigentes pelo prazo de dois anos, e autonomia financeira e orçamentária.

14

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022 e alterações posteriores, que dispõem sobre o registro e a prestação de informações periódicas e eventuais dos emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- () O pedido de registro de emissor deve ser encaminhado à Superintendência Geral – SGE, que deve concluir a análise do requerimento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do protocolo de todos os documentos exigidos pela referida Resolução.
- () As ações, bônus de subscrição, debêntures conversíveis ou permutáveis em ações ou certificados de depósito desses valores mobiliários emitidos por emissor em fase operacional registrado na categoria A só podem ser negociados em mercados regulamentados entre investidores qualificados.
- () Uma das categorias em que o emissor pode requerer o registro na CVM é a categoria A, que autoriza a negociação de quaisquer valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados de valores mobiliários.
- () O emissor de valores mobiliários deve divulgar informações verdadeiras, completas, consistentes e que não induzam o investidor a erro, escritas em linguagem simples, clara, objetiva e concisa, de forma abrangente, equitativa e simultânea para todo o mercado.

A sequência correta é:

- (A) F, F, V, V;
- (B) V, F, V, F;
- (C) V, V, F, F;
- (D) F, F, F, V;
- (E) V, V, F, V.

15

Administrador de companhia aberta foi condenado pela CVM às penalidades de multa e de inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo de administrador de companhia aberta. A motivação para a condenação foi a violação do dever de informar previsto na Lei nº 6.404/1976, comprovada em processo administrativo sancionador.

Considerando-se a prática de infração grave por parte do condenado e a aplicação cumulativa das penalidades citadas, é correto afirmar que:

- (A) a multa não deverá exceder o maior dentre os seguintes valores: R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); o dobro do valor da emissão ou da operação irregular; quatro vezes o montante da vantagem econômica obtida ou da perda evitada em decorrência do ilícito; ou o triplo do prejuízo causado aos investidores em decorrência do ilícito;
- (B) as multas impostas pela Comissão de Valores Mobiliários, após a decisão final que as impôs na esfera administrativa, terão eficácia de título executivo e serão cobradas judicialmente, de acordo com o rito estabelecido pelo Código de Processo Civil para o processo de execução;
- (C) nos casos de infração grave, a penalidade de inabilitação deve ser sempre aplicada cumulativamente com a multa, observado o prazo mínimo de cinco anos e o máximo de vinte anos;
- (D) da decisão que aplicar a multa ao administrador caberá recurso para o Colegiado da própria Comissão de Valores Mobiliários, em última instância e sem efeito suspensivo, no prazo de 15 dias da publicação da decisão;
- (E) em caso de falência, liquidação extrajudicial ou qualquer outra forma de concurso de credores do apenado, os créditos da Comissão de Valores Mobiliários, oriundos da aplicação da penalidade de multa, são classificados como quirografários.

16

A Lei nº 13.874/2019, além de instituir a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e estabelecer garantias de livre mercado, alterou o Código Civil para incluir, no Livro dedicado ao Direito das Coisas, Capítulo próprio para os fundos de investimento.

Sobre a disciplina dos fundos de investimento no Código Civil, é correto afirmar que:

- (A) o fundo de investimento é uma comunhão de recursos, constituído sob a forma de sociedade em conta de participação, de natureza especial e sem personalidade jurídica, destinado à aplicação em ativos financeiros, bens e direitos de qualquer natureza;
- (B) o fundo de investimento constituído por lei específica e regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários não deverá seguir as disposições do Código Civil em razão de suas especificidades;
- (C) o regulamento do fundo de investimento poderá estabelecer classes de cotas com direitos e obrigações distintos, com possibilidade de constituir patrimônio segregado para cada classe, que só responderá por obrigações vinculadas à classe respectiva, nos termos do regulamento;
- (D) o registro dos regulamentos dos fundos de investimentos, no registro de títulos e documentos do lugar de sua constituição e na Comissão de Valores Mobiliários, é condição suficiente para garantir a sua publicidade e a oponibilidade de efeitos em relação a terceiros;
- (E) se o fundo de investimento, constituído com limitação de responsabilidade de cada investidor ao valor de suas quotas, não possuir patrimônio suficiente para responder por suas dívidas, aplicam-se as regras do processo falimentar, podendo a decretação de falência ser requerida judicialmente pela Comissão de Valores Mobiliários.

17

A Lei nº 14.430/2022, conhecida como Lei do Marco Legal da Securitização, dispõe sobre (i) a emissão de Letra de Risco de Seguro (LRS) por Sociedade Seguradora de Propósito Específico (SSPE); (ii) as regras gerais aplicáveis à securitização de direitos creditórios e a emissão de Certificados de Recebíveis; e (iii) a flexibilização do requisito de instituição financeira para a prestação do serviço de escrituração e de custódia de valores mobiliários.

Sobre cada um desses temas é apresentada uma afirmativa abaixo.

- I. A distribuição e a oferta pública da Letra de Risco de Seguro (LRS) devem observar o disposto em regulamentação editada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- II. As companhias securitizadoras são instituições não financeiras constituídas sob a forma de sociedade por ações, que têm por finalidade realizar operações de securitização. É considerada operação de securitização a aquisição de direitos creditórios para lastrear a emissão de certificados de recebíveis ou debêntures perante investidores, cujo pagamento é primariamente condicionado ao recebimento de recursos dos direitos creditórios e dos demais bens, direitos e garantias que o lastreiam.
- III. A Comissão de Valores Mobiliários poderá autorizar as bolsas de valores e outras entidades, quer sejam ou não instituições financeiras, a prestar serviços de escrituração de ações e de outros valores mobiliários.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas;
- (B) III, apenas;
- (C) I e II, apenas;
- (D) I e III, apenas;
- (E) I, II e III.

18

De acordo com a regulamentação da CVM para a atividade de classificação de risco de crédito, no âmbito do mercado de valores mobiliários, destinada à publicação, divulgação ou distribuição a terceiros, ainda que restrita a clientes, a agência de classificação de risco de crédito, para obtenção e manutenção do registro, deve atender aos requisitos a seguir, EXCETO:

- (A) ser domiciliada no Brasil;
- (B) constituir e manter recursos humanos e tecnológicos adequados ao seu porte e à sua área de atuação;
- (C) prever em seu objeto social a atividade de classificação de risco de crédito e estar regularmente constituída e registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- (D) atribuir a responsabilidade pelas suas atividades e pelo cumprimento das normas estabelecidas pela CVM a um administrador que possua todos os poderes necessários para representar a agência;
- (E) atribuir a responsabilidade pela supervisão do cumprimento de regras, procedimentos e controles internos e das normas da CVM ao mesmo administrador com poderes para representar a agência, e com todos os poderes necessários para exercer sua função.

19

Em 2022, o Colegiado da CVM aprovou a Resolução nº 88, que dispõe sobre a oferta pública de distribuição de valores mobiliários de emissão de sociedades empresárias de pequeno porte realizada com dispensa de registro por meio de plataforma eletrônica de investimento participativo, revogando a Instrução CVM nº 588/2017.

Ao disciplinar as informações da oferta pública de valores mobiliários realizada por meio de plataforma eletrônica de investimento participativo, a Resolução estabeleceu que:

- (A) o endereço na rede mundial de computadores com as informações essenciais sobre a oferta pública deve ser mantido em operação e disponível por, no mínimo, três anos;
- (B) a oferta pública deve ser conduzida exclusivamente por meio de página da plataforma na rede mundial de computadores, podendo ser utilizado programa, aplicativo ou outro meio eletrônico, desde que administrado pela plataforma e em seu nome;
- (C) a plataforma deve apresentar os documentos jurídicos e financeiros relativos a cada oferta em seção da página da oferta na rede mundial de computadores denominada “Pacote de Documentos Relevantes”, antes do início da oferta, incluindo as demonstrações financeiras da sociedade empresária de pequeno porte relativas aos três últimos exercícios sociais;
- (D) havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando do início da oferta pública de distribuição até o encerramento da oferta, a plataforma pode alterar as informações essenciais da oferta, observado que os investidores que já tenham aderido possam revogar suas reservas no prazo de sete dias a partir do recebimento da comunicação;
- (E) é permitido à sociedade empresária de pequeno porte, ao investidor líder e à plataforma para divulgar e promover a oferta por meio de contatos, encontros e eventos, presenciais ou pela rede mundial de computadores, desde que todas as comunicações sejam filmadas e verificadas pela CVM, sendo permitida a confirmação do investimento em local ou ambiente eletrônico distinto da plataforma.

20

Está excluído da competência da Comissão de Valores Mobiliários:

- (A) definir a política a ser observada na organização e no funcionamento do mercado de valores mobiliários;
- (B) fiscalizar e inspecionar as companhias abertas dando prioridade às que não apresentem lucro em balanço ou às que deixem de pagar o dividendo mínimo obrigatório;
- (C) regulamentar, com observância da política definida pelo Conselho Monetário Nacional, as matérias expressamente previstas na Lei nº 6.385/1976 e na Lei nº 6.404/1976;
- (D) propor ao Conselho Monetário Nacional a eventual fixação de limites máximos de preço, comissões, emolumentos e quaisquer outras vantagens cobradas pelos intermediários do mercado;
- (E) fiscalizar permanentemente as atividades e os serviços do mercado de valores mobiliários, bem como a veiculação de informações relativas ao mercado, às pessoas que dele participem e aos valores nele negociados.

Fundamentos de Direito

21

Determinado juiz de direito, titular do órgão jurisdicional X, proferiu sentença, em lide envolvendo dois particulares, que foi considerada, por uma das partes, manifestamente dissonante da Constituição da República. Por tal razão, essa parte cogitou solicitar que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) anulasse a sentença e proferisse outra com estrita observância da sistemática constitucional.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) caso constate que a decisão é manifestamente inconstitucional, o CNJ deverá atuar da forma pretendida pela parte;
- (B) a análise da causa, pelo CNJ, somente pode acarretar a anulação da sentença, cabendo a juiz de direito diverso a prolação de outro ato decisório;
- (C) o CNJ não possui competência para praticar os atos cogitados, devendo ser interposto recurso extraordinário contra a sentença, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- (D) o CNJ não possui competência para praticar os atos cogitados, somente sendo possível interpor o recurso cabível, direcionado ao Supremo Tribunal Federal, após o exaurimento das instâncias ordinárias;
- (E) cabe ao Tribunal de Justiça do Estado, não ao CNJ, julgar, em caráter definitivo, o recurso que venha a ser interposto pela parte, sendo que o Supremo Tribunal Federal somente realiza o controle concentrado de constitucionalidade.

22

Um dos integrantes de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada no âmbito da Câmara dos Deputados formulou três requerimentos a serem apreciados pela referida comissão. O primeiro requerimento almejava que fosse decretada a interceptação das comunicações telefônicas de João; o segundo, a quebra do sigilo dos dados telefônicos de Maria; e, o terceiro, a quebra do sigilo fiscal de Pedro. Ressalte-se que João, Maria e Pedro são servidores públicos federais, e os requerimentos estão devidamente fundamentados, sendo demonstrada a necessidade de produção dessas provas para a elucidação de determinado fato objeto de investigação.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação às três medidas requeridas, que a CPI:

- (A) tem competência para decretá-las;
- (B) somente tem competência para decretar a primeira medida requerida;
- (C) somente tem competência para decretar a segunda medida requerida;
- (D) somente tem competência para decretar a primeira e a terceira medidas requeridas;
- (E) somente tem competência para decretar a segunda e a terceira medidas requeridas.

23

A Constituição do estado Alfa, após ampla mobilização parlamentar, foi objeto de emenda, devidamente promulgada pela Mesa da Assembleia Legislativa, dispondo que compete a essa Casa Legislativa sustar licitações conduzidas pelas estruturas de poder do estado Alfa.

Irresignado com o teor dessa emenda, que, ao seu ver, “enfraqueceria” o Tribunal de Contas do Estado Alfa, determinado legitimado ao controle concentrado de constitucionalidade solicitou que fosse analisada a sua conformidade constitucional, sendo-lhe corretamente informado que:

- (A) a emenda à Constituição Estadual apenas reproduz comando expresso da Constituição da República, não estabelecendo qualquer inovação;
- (B) a licitação instrumentaliza o contrato administrativo; logo, como o Poder Legislativo tem competência para sustar este último, também deve sustar aquela;
- (C) a distribuição de competências entre a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas está sujeita à liberdade de conformação do Poder Legislativo Estadual, o que deriva da autonomia política do estado;
- (D) a emenda afronta a competência do Tribunal de Contas, pois, como esse órgão é competente para sustar o contrato administrativo, também tem competência para sustar a licitação, que o instrumentaliza;
- (E) o Poder Legislativo somente tem competência para sustar contratos; logo, a sustação de licitação, *a contrario sensu*, se insere entre as competências do Tribunal de Contas, o que não pode ser desconsiderado pela Constituição Estadual.

24

Em razão de uma grande mobilização popular, o estado Alfa editou a Lei nº X, que estabeleceu diversas medidas direcionadas a garantir o cumprimento das obrigações assumidas, junto ao público, pelas sociedades empresárias que explorem sorteios no território estadual. Apesar de atender aos anseios da coletividade, diversas sociedades empresárias da área sustentaram a inconstitucionalidade da Lei nº X.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) os sorteios envolvem aspectos culturais de cunho essencialmente local; logo, a competência legislativa é municipal, e a Lei nº X é inconstitucional;
- (B) a competência para legislar sobre a matéria é privativa da União; logo, não poderia ser exercida pelo estado Alfa em nenhuma hipótese, sendo inconstitucional a Lei nº X;
- (C) a Lei nº X somente será considerada constitucional caso a União tenha editado lei complementar, delegando competência legislativa aos estados para legislar sobre a matéria;
- (D) como a competência legislativa nessa matéria é concorrente entre a União e os estados, a Lei nº X é constitucional, caso não tenham sido afrontadas eventuais normas gerais editadas pela União;
- (E) é de competência comum de todos os entes federativos legislar sobre a matéria, observados, sempre, os balizamentos legais estabelecidos pelo ente maior; logo, a Lei nº X é constitucional.

25

Johan e Marta, casados e de nacionalidade alemã, obtiveram o deferimento da nacionalidade brasileira e, ato contínuo, deixaram o território nacional e passaram a trabalhar na Bélgica, a serviço da embaixada argentina. Da união desse casal nasceu Peter, fato ocorrido em solo belga, sendo a criança ali registrada. Cerca de três anos após o nascimento de Peter, seus pais perderam a nacionalidade brasileira, o que ocorreu com estrita observância do devido processo legal.

Com vinte anos de idade, Peter decidiu morar no território brasileiro e consultou um especialista a respeito de sua nacionalidade, sendo-lhe corretamente informado que:

- (A) ele é estrangeiro, já que nasceu no exterior quando seus pais se encontravam a serviço de outro país, devendo cumprir os requisitos exigidos da generalidade dos estrangeiros para a obtenção da nacionalidade brasileira;
- (B) ele é brasileiro nato, por ser filho de brasileiros, o que decorre do princípio do *jus sanguinis*, ainda que seus pais tenham perdido a nacionalidade em momento posterior;
- (C) ele pode vir a ser considerado brasileiro nato, desde que seus pais, antes de perderem a nacionalidade brasileira, o tenham registrado perante a repartição competente;
- (D) como seus pais perderam a nacionalidade brasileira antes de Peter alcançar a maioridade, não é possível que ele venha a obter a nacionalidade brasileira nata;
- (E) ele será considerado brasileiro nato caso venha a residir no território brasileiro e opte, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

26

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal firmou relevante precedente no sentido de que as empresas públicas e sociedades de economia mista têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, incluindo aquelas que exercem atividade econômica e atuam em regime de concorrência.

Quanto aos diferentes regimes jurídicos dos agentes públicos, bem como às garantias que eventualmente são a eles reconhecidas pela Constituição, à luz da jurisprudência do Pretório Excelso, é correto afirmar que:

- (A) o regime celetista é compatível com a garantia da estabilidade consagrada para o regime estatutário, adquirida após três anos de efetivo exercício no cargo;
- (B) os termos efetividade e estabilidade podem ser considerados sinônimos, de modo que, ao ingressar no cargo efetivo, o servidor passa a ser estável automaticamente;
- (C) a lei pode assegurar a servidor ocupante de cargo efetivo a garantia de que, após dois anos de efetivo exercício, o agente apenas poderá ser demitido por sentença transitada em julgado;
- (D) a investidura do servidor, no âmbito do regime de cargos, não significa que haja garantias que possam ser imediatamente reconhecidas, sendo sempre necessário certo período de efetivo exercício, ainda que para a aquisição da vitaliciedade;
- (E) existem cargos para os quais a Constituição não assegura nenhuma garantia quanto à possibilidade de exoneração, que pode decorrer da simples quebra de confiança.

27

Considere uma hipótese em que as autoridades competentes, no âmbito do controle interno, entendam ser conveniente celebrar compromisso com os interessados, para fins de eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público.

Em tal circunstância, observadas a legislação aplicável e as normas sobre interpretação e aplicação do direito público dispostas no Decreto-Lei nº 4.657/1942 e respectivo regulamento (Decreto nº 9.830/2019), é correto afirmar que:

- (A) poderá ser celebrado o compromisso pretendido, bastando a presença de razões de relevante interesse geral para tanto, sendo dispensada a oitiva de órgão jurídico e a realização de consulta pública;
- (B) não poderá ser celebrado o compromisso consensual em questão nas hipóteses que envolvem irregularidades, diante do princípio da legalidade e do reconhecimento de que dos atos nulos não se originam direitos;
- (C) poderá ser celebrado o mencionado instrumento consensual, mediante o atendimento das balizas estabelecidas nas respectivas normas, sendo vedada, contudo, previsão de que tenha eficácia de título judicial;
- (D) não poderá ser celebrado tal termo de ajustamento de conduta, que é inviável no âmbito do controle interno, em decorrência do princípio da indisponibilidade do interesse público, mesmo que não importe em desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecido por orientação geral;
- (E) poderá ser celebrado termo de ajustamento de gestão entre os agentes públicos e os órgãos de controle interno da administração pública com a finalidade de corrigir falhas apontadas em ações de controle, com vistas a assegurar a continuidade da execução do objeto, sempre que possível, e garantir o atendimento do interesse geral.

28

Após a sua aprovação no concurso público de analista da Comissão de Valores Mobiliários, Carmela entendeu ser importante lembrar as disposições constantes do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, na forma do Decreto nº 1.171/1994, verificando, corretamente, no âmbito das regras deontológicas, que:

- (A) o servidor deve prestar toda a sua atenção aos princípios constitucionais da Administração Pública, de modo que não precisa zelar pelo cumprimento das ordens de seus superiores se entender que são contrárias à eficiência, sob pena de ser considerado negligente no exercício de suas atribuições;
- (B) a função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, é dissociada da vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada não podem crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional;
- (C) a moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum, que é estritamente delimitado pela lei, de modo que o servidor público consolida a moralidade na medida em que atende estritamente aos comandos legais;
- (D) toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação;
- (E) a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar, salvo nas situações de sigilo, que se submetem à discricionariedade da Administração, não se restringindo assim às hipóteses que sejam relevantes para segurança do Estado e da sociedade.

29

Suponha que, para fins de organização administrativa, seja editado um decreto referente ao funcionamento e organização da Comissão de Valores Mobiliários, que não importará em aumento de despesa ou na criação e extinção dos respectivos órgãos.

Além disso, imagine que, na respectiva seara de organização, a Presidência da República faça editar uma medida provisória que, em circunstâncias de relevância e urgência, crie uma nova autarquia, para o desempenho de função administrativa.

Diante dessa situação hipotética, considerando as questões atinentes à organização administrativa e ao poder regulamentar, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- (A) ambas as normas são inconstitucionais, na medida em que a matéria atinente à criação de autarquia, bem como à organização e ao funcionamento de tais entidades administrativas, está submetida à reserva de lei;
- (B) ambas as normas são constitucionais, pois a medida provisória foi editada nos parâmetros estabelecidos pela Lei Maior para a criação de autarquia, enquanto o decreto que versa sobre a organização e funcionamento da entidade administrativa em tais circunstâncias é considerado decreto autônomo;
- (C) ambas as normas são constitucionais, considerando que versam sobre assunto relacionado à criação, à organização e ao funcionamento das entidades autárquicas, cujo conteúdo corresponde ao de decreto de execução ou regulamentar;
- (D) apenas a medida provisória é constitucional, por atender à necessidade de reserva de lei estabelecida na Lei Maior, notadamente porque os decretos autônomos são expressamente vedados no ordenamento pátrio;
- (E) ambas as normas são constitucionais, considerando que a viabilidade de dispor sobre as matérias atinentes à criação, à organização e ao funcionamento das entidades autárquicas em questão, por meio de medida provisória, outorga ao Poder Executivo a possibilidade de editar decretos autônomos acerca do tema.

30

Mauro, enquanto deputado estadual, em fevereiro de 2015, praticou conduta dolosa que caracteriza ato de improbidade administrativa que causou lesão ao erário, notadamente por realizar operação financeira sem observância das normas legais no exercício de suas atribuições, sendo certo que ele foi reeleito e permaneceu ininterruptamente no aludido cargo até janeiro de 2020, quando foi cassado. A respectiva ação de improbidade administrativa foi ajuizada apenas em março de 2023.

Diante dessa situação hipotética, à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal com relação às alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021 na Lei nº 8.429/1992 em relação à prescrição da pretensão punitiva nas ações de improbidade, é correto afirmar que:

- (A) o novo regime prescricional, que prevê o prazo de cinco anos a contar da data do fato, deve retroagir para beneficiar a situação do agente público, mas devem ser aplicados os marcos interruptivos anteriormente previstos;
- (B) o novo regime prescricional é irretroativo em relação ao prazo nele estabelecido, salvo quanto aos marcos interruptivos previstos na nova lei, devendo o prazo ser contado da prática do fato;
- (C) o novo regime prescricional, que prevê o prazo de oito anos a contar da data do fato, deve retroagir para beneficiar o agente, não podendo ser aplicados os marcos interruptivos anteriormente previstos;
- (D) o novo regime prescricional é irretroativo, mas a pretensão na situação descrita está prescrita, considerando que transcorreram mais de cinco anos a contar da data do ilícito previsto na lei anterior;
- (E) o novo regime prescricional é irretroativo, ainda que pudesse beneficiar a situação do agente, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da respectiva lei, de modo que o prazo na situação descrita deveria ser contado do momento em que o agente deixou o aludido cargo.

Fluência em Dados

31

Extraír conhecimento útil ou *insights* de dados massivos é um dos maiores desafios enfrentado pelos cientistas de dados. Uma das principais tarefas utilizadas para diminuir a complexidade desses dados é reduzir sua dimensionalidade preservando as características (*features*) mais importantes.

No ciclo de vida de ciência de dados, a tarefa de redução de dimensionalidade dos dados é executada na fase:

- (A) treinamento do modelo;
- (B) visualização de dados analíticos;
- (C) entendimento do negócio;
- (D) limpeza e preparação dos dados;
- (E) tuning de hiperparâmetros.

32

Para desenvolver uma aplicação de Processamento de Linguagem Natural (PLN), é necessário realizar tarefas de pré-processamento no *corpus* de entrada, como a separação do texto em palavras. Observe a execução do seguinte fragmento de uma tarefa de PLN:

Entrada: “Bia é uma forte candidata do concurso da CVM.”

Saída: *quantidade de unidades linguísticas = 14*

A tarefa de PLN que faz a separação do texto em unidades linguísticas mínimas é a:

- (A) sentenciação;
- (B) tokenização;
- (C) lematização;
- (D) radicalização;
- (E) etiquetagem.

33

O resultado da aplicação de um algoritmo de Aprendizado de Máquina é um modelo que será usado para realizar previsões. Quanto melhor o modelo gerado, mais precisas serão as previsões.

A precisão ou a acurácia de um modelo de Aprendizado de Máquina é medida por meio do método:

- (A) regressão;
- (B) treino e teste;
- (C) matriz de confusão;
- (D) aprendizagem por reforço;
- (E) bagging (Bootstrap Aggregating).

34

Maria, analista de mercado da CVM, precisa analisar milhares de negociações financeiras para obter *insights* e tomar decisões ao longo do dia. Maria apresentou a demanda para Tiago, o arquiteto de big data da CVM.

Para processar as negociações financeiras como uma sequência de eventos no tempo, agrupando e filtrando os dados à medida que são capturados, o componente da arquitetura de big data que Tiago deve desenvolver é o:

- (A) Orquestrator;
- (B) Batch Processor;
- (C) Analytical Data Store;
- (D) Streaming Processor;
- (E) Real-time Message Ingestion.

35

O analista Igor está explorando diversos dados sobre transações financeiras disponíveis no ambiente de big data da CVM. Para apoiar suas análises, Igor quer visualizar os dados em gráficos. Para analisar tendências, Igor deve usar o gráfico do tipo:

- (A) histograma 
- (B) gauge 
- (C) area 
- (D) rede 
- (E) treemap 

Raciocínio Lógico

36

Considere a sentença:

Se $x \leq y$, então $x + 2y < 5$.

Essa sentença é FALSA quando:

- (A) $x = 3$ e $y = 2$;
 (B) $x = 2$ e $y = 2$;
 (C) $x = 2$ e $y = 1$;
 (D) $x = 1$ e $y = 1$;
 (E) $x = 0$ e $y = 2$.

37

Considere um dado cúbico com as faces numeradas de 1 a 6, mas de modo tal que, a cada vez que é lançado, a probabilidade de sair um número par é $2/3$.

Após ser lançado em sequência 5 vezes e em todas elas ter saído um número par, esse dado é lançado em sequência mais 3 vezes. A probabilidade de, nesses 3 últimos lançamentos, terem saído 3 números ímpares é:

- (A) $1/27$;
 (B) $1/9$;
 (C) $5/27$;
 (D) $5/9$;
 (E) $8/27$.

38

Três amigas, Anita, Bebel e Carla, foram jantar juntas. Sabe-se que Anita consumiu, em reais, o dobro do que Carla. Carla, por sua vez, consumiu o equivalente a 60% da quantia consumida por Bebel. Na hora de pagar, as três resolveram dividir a conta igualmente pelas três.

É correto concluir que:

- (A) Anita pagou $4/9$ a menos do que consumiu;
 (B) Bebel pagou $1/9$ a mais do que consumiu;
 (C) Carla pagou $5/9$ a mais do que consumiu;
 (D) Anita pagou $1/15$ a menos do que consumiu;
 (E) Bebel pagou $4/15$ a menos do que consumiu.

39

Em um mercado atacadista, cada saco de ração para aves custa 25 reais. Certa semana, o mercado anunciou uma promoção para compras dessa ração:

“40% de desconto no que exceder 3 sacos”

Um fazendeiro comprou 10 sacos dessa ração.

O fazendeiro pagou o total de:

- (A) 150 reais;
 (B) 175 reais;
 (C) 180 reais;
 (D) 195 reais;
 (E) 220 reais.

40

Alberto, Bernardo e Cláudio têm idades diferentes e vestem camisetas de cores diferentes. Um está com camiseta branca, outro com camiseta verde e um terceiro com camiseta azul.

Sabe-se que:

- quem veste camiseta branca é o mais velho;
- Alberto não está com camiseta branca;
- Bernardo é mais jovem que Alberto e não está com camiseta azul.

É correto concluir que:

- (A) Alberto é o mais velho dos três;
 (B) Bernardo está com camiseta verde;
 (C) Cláudio está com camiseta azul;
 (D) Alberto está com camiseta verde;
 (E) Cláudio é o mais jovem dos três.

PROVA DISCURSIVA

1

Uma organização desenvolveu um sistema de *people analytics* visando a melhorar a gestão de pessoas, em termos de performance, treinamento e desenvolvimento, bem como de diversidade e inclusão. Para alcançar tais objetivos, foi elaborado um conjunto de sistemas que produz representações gráficas a respeito de dados que potencializam decisões estratégicas, como a seguir:

Gráfico 1: Desempenho de pessoas contratadas

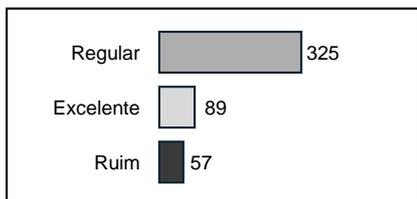


Gráfico 2: Média de desempenho por cargo

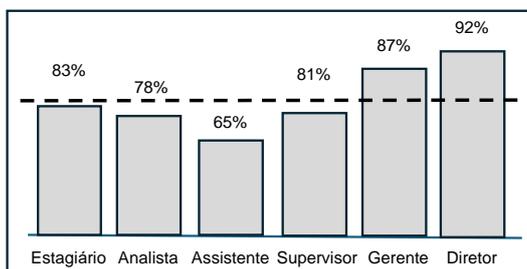


Gráfico 3: Taxa de promoção de pessoas

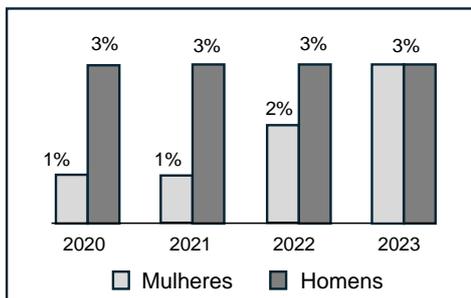
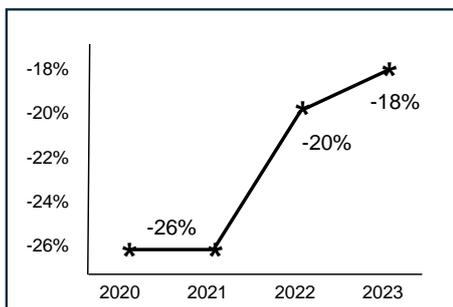


Gráfico 4: Diferença salarial entre homens e mulheres



Considerando as dimensões (a) desempenho e desenvolvimento de talentos e (b) gestão da diversidade, inclusão e igualdade, elabore um texto dissertativo no qual você contraste os dados dos gráficos acima, discuta sua relevância para a organização e proponha medidas estratégicas de gestão de pessoas.

Valor: 20 pontos
Máximo de 30 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

2

Em matéria de agências reguladoras federais, observadas a legislação de regência, a doutrina e a jurisprudência, responda aos itens a seguir, de forma objetivamente fundamentada:

- a) Como dispõe a disciplina legal no que toca à nomeação dos dirigentes das agências reguladoras?
- b) De acordo com a legislação sobre o tema, é permitida a indicação para o Conselho Diretor ou a Diretoria Colegiada de agência reguladora de pessoa que exerça cargo em organização sindical ou de membro de conselho ou de diretoria de associação, regional ou nacional, representativa de interesses patronais ou trabalhistas ligados às atividades reguladas pela respectiva agência? Qual o posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema?
- c) Consoante ensina a doutrina, no que consiste a teoria da captura?
- d) É constitucional a norma legal que veda aos servidores titulares de cargo efetivo de agências reguladoras o exercício de outra atividade profissional, inclusive gestão operacional de empresa, ou de direção político-partidária?
- e) Em matéria de poder normativo, consoante previsão legal, duas ou mais agências reguladoras podem editar atos normativos conjuntos?

Valor: 20 pontos

Máximo de 30 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização





COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

TARDE

ANALISTA CVM - PERFIL 5 - GESTÃO

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – NÍVEL SUPERIOR
TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha para a marcação das respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas da prova objetiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Administração e Gestão Pública

1

Para ajudar seus contratantes, uma modelo negra começou a fornecer *casting* para ajudar as empresas que a contratavam. Ela criou uma agência, por acaso, a partir de sua habilidade de *networking* com produtores de eventos e campanhas que apontavam as dificuldades de promover diversidade nas campanhas. Também por acaso e aos poucos, a sua agência passou a fazer um trabalho mais completo de organizar as campanhas de marcas que se interessam por profissionais agenciados específicos.

Em termos de formulação estratégica, a experiência dessa empreendedora baseou-se no conceito de estratégia:

- (A) emergente;
- (B) intencional;
- (C) planejada;
- (D) sigilosa;
- (E) sobrevivente.

2

Determinada autarquia realizou um conjunto de audiências públicas visando a consultar os operadores do mercado quanto às mudanças na regulamentação do setor. No processo de análise estratégica dessa indústria, a autarquia considerou necessário não só estimular a eficiência, mas principalmente garantir a integridade e disciplinar a atuação dos atuais operadores em uma indústria altamente disputada e com concentração de fatias de mercado elevadas nas mãos alguns poucos.

Ao considerar o conceito de forças competitivas estratégicas, as medidas da autarquia visavam a lidar com a seguinte força:

- (A) compradores;
- (B) fornecedores;
- (C) novos entrantes;
- (D) rivalidade entre os concorrentes;
- (E) substitutos.

3

Em seu processo de elaboração do mapa estratégico, uma autarquia definiu como objetivos, em termos de impactos para a sociedade, resultados para o mercado, objetivos de processos finalísticos e objetivos de ativos organizacionais. Os objetivos relacionados aos ativos organizacionais estariam ligados às equipes internas de gestão financeira, de pessoas, de TI e patrimonial-logística.

Dentre os objetivos relacionados aos ativos organizacionais, é um objetivo estratégico da área de gestão de pessoas:

- (A) garantir autonomia orçamentária e administrativa;
- (B) estimular inovações financeiras e tecnológicas e a competição no mercado;
- (C) desenvolver estrutura física, tecnológica e integração de sistemas em nível de excelência;
- (D) ampliar a eficácia da atuação junto ao mercado;
- (E) ampliar a capacidade de liderança das chefias e o engajamento dos servidores.

4

Uma autarquia tem entre seus públicos-alvo os operadores do mercado financeiro; entretanto, entende que a gestão estratégica de pessoas deve atuar integrada ao planejamento organizacional e participar da elaboração e acompanhamento dos principais indicadores de desempenho do *Balanced Scorecard* (BSC). Assim, a área de gestão de pessoas terá de monitorar um conjunto finito de indicadores que contribuem para o desempenho geral.

É indicador estratégico de desempenho da área de recursos humanos da autarquia o(a):

- (A) comparativo de evasão e de remuneração de servidores a outras organizações da administração pública;
- (B) nível de satisfação com a estrutura física e de informática;
- (C) percentual de participação dos operadores nos serviços prestados;
- (D) quantidade de reclamações sobre acesso à informação;
- (E) volume de execução do orçamento discricionário.

5

Em diferentes organizações públicas, busca-se acompanhar a evolução do modelo de gestão de pessoas, de forma a desenvolver nos gestores a capacidade de análise das organizações e suas relações de interação com a sociedade.

Uma gestão burocrática de pessoas caracteriza-se por:

- (A) apreender as dinâmicas de influência e controle do trabalho e da produtividade exercidas por grupos informais em contraste aos objetivos formais da organização;
- (B) constituir um corpo de servidores profissionais dissociados e neutros em relação à política, protegidos por estabilidade no exercício de atribuições legalmente fixadas;
- (C) estabelecer vínculos interpessoais e afetivos de cooperação, comprometimento e valorização de afinidade entre pessoas visando à melhoria do desempenho;
- (D) organizar a divisão do trabalho em departamentos e cargos especializados, tendo as pessoas como apêndice de processos e motivadas por recompensas econômicas;
- (E) reconhecer a motivação dos servidores, a liderança e a tomada de decisão como atreladas a necessidades, satisfação, expectativas e senso de equidade.

6

Um gestor precisa organizar o trabalho de pessoas em um importante projeto na organização, levando em consideração o fato de serem quadros qualificados, de múltiplas especialidades, com competências sofisticadas para lidar com cenários complexos. Nesse caso, o gestor entende que deve constituir uma equipe de trabalho, ao invés de um grupo de trabalho.

É(são) característica(s) definidora(s) e diferenciadora(s) da gestão de pessoas em equipe:

- (A) atuação mecanicista, fragmentada e baseada em liderança hierárquica;
- (B) a ideia de que o resultado do trabalho é formado pelo somatório das produtividades individuais;
- (C) opacidade de informação, competição e estoque de saberes e conhecimentos visando ao controle;
- (D) sinergia, cooperação, compartilhamento de saberes em rede e tolerância à diversidade;
- (E) visão de que conflitos acirram disputas e geram distanciamentos.

7

Atualmente, implantar a gestão por competências na administração pública requer um entendimento quanto aos erros e acertos cometidos no passado e consolidados como entendimentos fundamentais para uma implantação que produza os resultados esperados.

Existem diferentes recomendações, dentre as quais a de que a implantação deve se basear em:

- (A) conceitos centrais e estruturantes alinhados e que espelhem os modelos consolidados e políticas complexas;
- (B) consultores externos que conheçam as técnicas de gestão por competências e as melhores práticas de empresas privadas;
- (C) dirigentes que atuem desde a concepção do projeto até a identificação, mobilização e desenvolvimento de potenciais;
- (D) líderes que adotem postura confortável frente a melhores práticas externas devido aos efeitos simbólicos;
- (E) modelos e métodos que busquem adaptações ao menos superficiais devido à forte cultura do serviço público.

8

A um determinado prestador de serviços celetista em uma autarquia pública foi oferecida uma oportunidade para dinamizar sua atuação na organização. A ele foi oferecida a possibilidade de, ocupando a mesma posição, promover transformações nas competências de forma a incorporar novos desafios técnicos e pessoais.

Em termos de gestão da trajetória profissional, para esse celetista no setor público, foi oferecida a oportunidade de:

- (A) carreira diagonal;
- (B) mudança de nível;
- (C) percurso em portfólio;
- (D) progressão vertical;
- (E) transferência de classe.

9

Um profissional do mercado privado foi contratado para assumir um cargo de direção na Administração Pública. A ele foi dada a incumbência de desenvolver um plano para adequar as remunerações dos servidores mais graduados.

Para que esteja adequado, o plano de remunerações deve incorporar:

- (A) adiantamento pecuniário;
- (B) adicional por titulação;
- (C) diárias em missões;
- (D) licença-prêmio;
- (E) prêmio por desligamento.

10

Uma organização trata o processo de treinamento considerando quatro grandes etapas: levantamento das necessidades, planos de treinamento, execução do treinamento e avaliação dos resultados.

No desenvolvimento da etapa de plano do treinamento, os gestores desse processo devem responder à pergunta:

- (A) quais as competências, habilidades e atitudes disponíveis?;
- (B) quais as competências, habilidades e atitudes requeridos?;
- (C) quais meios, métodos e recursos devem ser utilizados?;
- (D) quais as mudanças percebidas em termos de comportamento?;
- (E) qual o nível de satisfação dos participantes?.

11

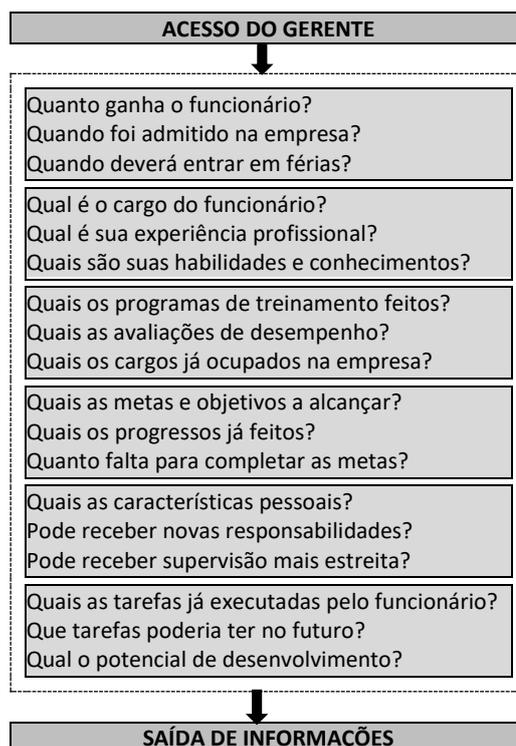
Existem diferentes métodos para avaliar o desempenho de pessoas no ambiente organizacional, e cada um cumpre um papel diferente ou atende a necessidades distintas. Contemporaneamente, entende-se que o processo avaliativo deve contemplar a complexidade de atuação de um servidor que lide com diferentes públicos no exercício de suas funções: clientes internos de diferentes níveis e setores, bem como usuários externos e partes interessadas. Para essa situação, entende-se que seja mais adequado um método mais participativo e que contemple o *feedback* desses diferentes grupos e públicos com os quais o servidor interage.

O método avaliativo mais adequado a essa descrição é:

- (A) avaliação 360 graus;
- (B) ensaio comparativo;
- (C) escala gráfica;
- (D) escolha forçada;
- (E) incidente crítico.

12

Informações e dados a respeito da gestão de pessoas nas organizações são fundamentais para responder a determinadas perguntas estratégicas, como aquelas apresentadas na figura a seguir.



Fonte: Buerge, S. T. Gestão de pessoas: liderança e competências para o setor público. Brasília: ENAP, 2019, p. 411.

Nessa configuração de gestão de desempenho de pessoas, há interação da organização com o ambiente e demais dimensões da gestão organizacional.

Tal configuração, que estrutura necessidade de informações e dados necessários à gestão de recursos humanos, é denominada:

- (A) BPM – Sistema de Gerenciamento de Processos de Negócio;
- (B) CRM – Sistema de Gestão de Relacionamento com o Cliente;
- (C) LIMS - Sistemas de Informação de Laboratório;
- (D) SIG - Sistema de Informações Gerenciais;
- (E) SPT - Sistemas de Processamento de Transações.

13

Um recrutador busca internamente um profissional, para um cargo específico, que detenha a competência de criar sinergia a partir do emprego de equipes, equipamentos e ideias, de forma inovadora, em projeto em rede.

Essa competência envolve diretamente o “saber” relacionado:

- (A) a mobilizar recursos;
- (B) a comunicar e ouvir;
- (C) a aprender;
- (D) ao fazer técnico;
- (E) a transpor.

14

A educação corporativa de uma determinada organização foi desenvolvida baseando-se em trilhas de aprendizagem. Foi construído um ambiente de aprendizagem virtual que, tematicamente, estrutura os materiais em uma sequência de passos recomendados aos colaboradores, a qual inclui a avaliação de aprendizagem.

A educação corporativa dessa organização baseia-se na noção de:

- (A) aprendizagem baseada em problema;
- (B) memorização prolongada;
- (C) mentoria e aconselhamento;
- (D) instrução programada;
- (E) comunidade de aprendizagem.

15

Uma determinada autarquia publicou recentemente seu plano estratégico 2023-2027, no qual apresenta seu propósito como sendo “zelar pelo funcionamento eficiente, pela integridade e pelo desenvolvimento do mercado de capitais, promovendo o equilíbrio entre a iniciativa dos agentes e a efetiva proteção dos investidores”.

No processo de planejamento, a construção de tal declaração refere-se ao desenvolvimento do conceito de:

- (A) visão de futuro;
- (B) missão organizacional;
- (C) macroprocessos finalísticos;
- (D) cadeia de valor;
- (E) análise ambiental.

16

O clima de uma organização é influenciado pela cultura de um país ou região de atuação. Assim, pode ocorrer a influência da cultura brasileira, quando o lado pessoal da relação entre líder e liderados reflete proximidade e afeto nas relações interpessoais, de forma que grupos de amizade dentro das organizações sobrepõem-se à distribuição hierárquica de autoridade formal.

Tal influência cultural é denominada:

- (A) conformismo;
- (B) evitação;
- (C) impunidade;
- (D) normativismo;
- (E) personalismo.

17

Uma organização decidiu ampliar sua atuação para outros setores correlatos no mesmo setor de serviços. Visando a gerenciar a mudança estratégica, o conselho da empresa optou por formar três equipes de força-tarefa compostas por membros internos e externos à organização. Tais equipes assumiriam do estudo da concorrência à estratégia de comunicação com públicos, passando pela definição e controle de resultados. Assim, essas equipes passariam a deter autoridade sobre parte do processo de mudança, tomando as decisões correspondentes.

O estilo de gestão de mudança adotado pela empresa foi:

- (A) intervenção;
- (B) educação;
- (C) direção;
- (D) colaboração;
- (E) coerção.

18

Uma profissional branca, de 33 anos, após 5 anos de empresa, ao longo dos quais conciliou a carreira com o nascimento de seu filho, recebeu sua quarta progressão horizontal. A ela foi oferecida a oportunidade de enriquecimento de tarefas e incorporação de novos desafios, em um novo setor, em uma posição de mesmo nível decisório e remuneratório. Mesmo diante da oportunidade, a profissional mostrou-se muito frustrada por possuir, ao longo do período, indicadores de desempenho similares aos de um colega (homem branco) que ingressou no mesmo concurso público que ela. A esse colega foi oferecida uma progressão vertical, para o cargo de gerência do setor em que hoje atua.

A situação de promoção descrita envolve um tipo de discriminação de gênero explicado pelo conceito de:

- (A) abuso psicológico;
- (B) interseccionalidade;
- (C) objetificação;
- (D) sororidade;
- (E) teto de vidro.

19

No desenvolvimento de sua estratégia de inclusão e gestão da diversidade, uma determinada organização pretende ampliar a presença de pessoas negras em cargos de liderança. Para tal, optou-se, em um primeiro momento, por desenvolver trilhas de aprendizagem em conteúdos de liderança e um programa de mentoria voltado a pessoas atuando em todos os setores e áreas funcionais.

A estratégia de inclusão e diversidade, em termos de gestão de recursos humanos, baseou-se no desenvolvimento de políticas de:

- (A) direitos e deveres trabalhistas;
- (B) planos de cargos e salários;
- (C) recrutamento e seleção;
- (D) treinamento e desenvolvimento;
- (E) valorização e remuneração.

20

Uma determinada autarquia está mapeando competências e entende que seu desenvolvimento depende de elementos distintos, como conhecimentos, habilidades e atitudes, para os diferentes níveis e áreas funcionais da organização.

Para a área contábil-financeira, no nível operacional, foi mapeado como conhecimento necessário aquele que envolve:

- (A) compreender a legislação tributária e orçamentária;
- (B) comunicar-se efetivamente com usuários internos e externos;
- (C) motivar a equipe para alcance de metas e prazos;
- (D) perseguir qualidade e integração nos processos;
- (E) respeitar a cultura e o clima organizacional.

21

Um determinado banco quer promover diversidade e alcançar os parâmetros da bolsa de valores brasileira (B3). Assim, a empresa pretende contratar no mercado novos integrantes para seu conselho de administração e diretoria estatutária, a fim de ampliar a composição dos assentos em termos de raça e gênero. Para tal, o banco decidiu que um consultor externo, especializado no setor, deverá identificar talentos do mercado que atendam aos critérios de diversidade e, ao mesmo tempo, possuam competências para o cargo. O banco não se importa que o processo envolva maior dispêndio financeiro, pois entende que este trará oxigenação aos quadros e foco no nível estratégico pretendido, por não serem vagas de amplo espectro.

Considerando-se as características do processo e os resultados pretendidos, o recrutamento deve:

- (A) buscar progressões verticais de carreira;
- (B) consultar o dirigente máximo;
- (C) designar um *headhunter*;
- (D) postar a vaga em redes sociais;
- (E) realizar recrutamento misto.

22

Uma empresa em momento de expansão estava enfrentando dificuldades internas de gestão, de forma que atribuições e responsabilidades não estavam claras, criando problemas de delimitação entre os setores e níveis. Assim, a empresa decidiu adotar uma abordagem convencional para que exista clara diferenciação das funções de administração, ou seja, planejar, organizar, dirigir e controlar, para as áreas de operações, *marketing*, finanças ou recursos humanos.

Em termos de direção e controle, cabe à área funcional de gestão de pessoas:

- (A) analisar o desempenho organizacional em termos de rentabilidade, equilíbrio e riscos;
- (B) distribuir os vendedores por área geográfica, definindo a estratégia comercial;
- (C) estabelecer objetivos e metas estratégicas para a organização em termos de produção agregada;
- (D) implementar políticas de gestão participativa e melhorar condições de trabalho e indicadores de saúde;
- (E) monitorar a participação de mercado e a satisfação dos clientes internos e usuários externos.

23

Em todos os níveis hierárquicos de uma organização, pode haver perda de energia devido a comportamentos individuais que não estão integrados aos objetivos organizacionais. Esse processo torna-se ainda mais problemático quando colaboradores com bom nível de maturidade são gerenciados por práticas obsoletas.

Uma organização pretende alcançar a integração entre os objetivos individuais e organizacionais por meio de práticas organizacionais maduras e democráticas, caracterizadas por:

- (A) codependência, conhecimento especializado e metas imediatas;
- (B) interesses compartilhados, autocontrole e metas de longo prazo;
- (C) liderança imposta, dependência e controles administrativos;
- (D) passividade, controles gerenciais estritos e interesses complexos;
- (E) subordinação, controle externo e foco no curto prazo.

24

Um servidor federal sofreu um acidente rodoviário e teve perda de mobilidade dos membros inferiores, não caracterizada como invalidez permanente. Após o restabelecimento de sua saúde, em comum acordo, foi negociado com esse servidor que ele exerceria atividades condizentes com a limitação sofrida e com nível de escolaridade e vencimento equivalentes, considerando-se que estava inapto para o cargo anterior.

Em termos de provimento de cargos no serviço público federal, a situação descrita refere-se a:

- (A) aproveitamento;
- (B) nomeação;
- (C) promoção;
- (D) readaptação;
- (E) reversão.

25

A partir do processo de engajamento das partes interessadas, a equipe de um projeto consegue implementar estratégias e ações para promover o envolvimento produtivo dessas partes, ao longo de todo o ciclo de vida do projeto. Para isso são necessárias atividades que devem ser conduzidas e realizadas antes mesmo do início efetivo dos projetos e que se estendem ao longo de suas fases.

O engajamento das partes interessadas inclui, portanto:

- (A) compreender e analisar as partes interessadas, o que abrange, entre outros aspectos, suas respectivas medidas de poder, impacto, atitude, crenças, expectativas;
- (B) listar as partes interessadas, a partir da visão da equipe do projeto, do gerente do projeto e da cúpula estratégica da organização;
- (C) analisar os relatórios de lições aprendidas de projetos semelhantes já realizados, buscando as estratégias de engajamento das partes interessadas que obtiveram sucesso;
- (D) levantar as necessidades das partes interessadas identificadas do projeto e buscar um plano de ação para atendimento das respectivas necessidades, ou uma justificativa forte em caso de impossibilidade de atendimento;
- (E) levantar os riscos do projeto, para identificação de ameaças e oportunidades a ele relacionadas.

26

O Guia PMBOK identifica oito domínios de desempenho, definindo-os como “um grupo de atividades relacionadas, que são críticas para a entrega eficaz dos resultados do projeto”. Os domínios de desempenho de projetos são áreas de foco interativas, inter-relacionadas e interdependentes que trabalham em uníssono para alcançar os resultados desejados.

Nesse sentido, o subconjunto correto, com alguns dos “domínios de desempenho” usados no gerenciamento de projetos, é:

- (A) cronograma; orçamento; definição do escopo;
- (B) rede do projeto; caminho crítico; valor agregado;
- (C) competências técnicas; competências comportamentais; competências gerenciais;
- (D) trabalho do projeto; entrega; medição;
- (E) termo de abertura; termo de entrega; termo de encerramento.

27

No gerenciamento de projetos, existem distintas abordagens de desenvolvimento para projetos. Nelas podem ser utilizados diferentes métodos para criar e desenvolver o produto, serviço ou resultado durante o ciclo de vida do projeto.

As opções de métodos disponíveis são:

- (A) em cascata e preditivos;
- (B) XP; Scrum; SAFe; Kanban;
- (C) preditivos; iterativos; incrementais; adaptativos; híbridos;
- (D) tradicionais e ágeis;
- (E) preditivos, iterativos; ágeis, Lean, Scrum.

28

Os métodos ágeis de gerenciamento de projeto obtiveram sucesso em equipes e organizações que realizam projetos, graças à simplificação de procedimentos rígidos de planejamento. Os métodos ágeis também trouxeram um conjunto de termos e definições novas ao campo de gerenciamento de projetos.

Em relação a esses métodos, é correto afirmar que:

- (A) o dono do produto ou *product owner* (po) é responsável por captar o que o cliente deseja e decidir com ele o que é mais importante e deve ser desenvolvido primeiro;
- (B) o *backlog* do produto, ou *product backlog* (pbl), montado junto aos *stakeholders*, é similar ao conceito de qualidade nos métodos tradicionais de gerenciamento de projetos;
- (C) a reunião de planejamento de cada interação/*sprint* determina o que o *product backlog* irá agregar, em termos de qualidade, à experiência do usuário do projeto;
- (D) a história do usuário, ou *user story*, representa o *feedback* dos usuários após a conclusão do projeto;
- (E) *backlog* da interação é o espaço para registro das demandas do cliente e do usuário.

29

Você está gerenciando um projeto para realização de uma exposição itinerante de um artista plástico internacional, que percorrerá as capitais de alguns estados da federação. No momento, você está conduzindo o processo de criar a Estrutura Analítica do Projeto (EAP).

Para tal, você reuniu a equipe e passou a seguinte informação a respeito da EAP:

- (A) é uma estrutura de decomposição do projeto em responsabilidades e entregas, a partir das quais se definem as fases do trabalho;
- (B) é uma estrutura de decomposição do trabalho do projeto, dividida nas fases de planejar, organizar, divulgar, realizar e encerrar a exposição;
- (C) é uma decomposição hierárquica do escopo total do trabalho a ser executado pela equipe do projeto a fim de atingir os objetivos do projeto e criar as entregas requeridas;
- (D) trata-se mais de uma operação do que de um simples projeto, por se tratar de uma exposição itinerante, que irá percorrer várias cidades;
- (E) é a ferramenta usada para decompor, de forma analítica, o trabalho do projeto, de forma a obter-se seu cronograma de desembolsos.

30

Você foi designado para trabalhar na concepção de um projeto inédito na sua empresa, em termos de escopo e de entregas. Para tal, a equipe deve apresentar uma proposta de ciclo de vida do projeto.

Em relação a esse tema, é correto afirmar que:

- (A) ciclo de vida do projeto é a série de fases pelas quais um projeto passa, do início à conclusão. A fase de um projeto é um conjunto de atividades relacionadas de maneira lógica que culmina na conclusão de uma ou mais entregas;
- (B) os níveis de custo de mobilização e de desmobilização de recursos para redução de tempo devem ser altos desde o início e se mantêm à medida que o trabalho é executado, só tendo redução na sua fase de finalização;
- (C) a definição das fases do ciclo de vida é essencial para o gerenciamento do risco do projeto. As ameaças e oportunidades são menores no início do projeto. Esses fatores aumentam ao longo do ciclo de vida do projeto, à medida que vão surgindo os imprevistos;
- (D) a capacidade das partes interessadas para influenciar as características finais do produto do projeto, sem afetar significativamente os custos e o cronograma, é mais baixa no início do projeto e aumenta à medida que ele progride para o seu término, em função dos processos de engajamento das partes nele interessadas;
- (E) uma boa definição das fases e do ciclo de vida do projeto é essencial para que o eventual custo das mudanças e correções de erros se mantenha estável ao longo de todo o ciclo.

Direito Administrativo

31

Lucas, analista da Comissão de Valores Mobiliários, recebeu um convite para palestrar na universidade pública XYZ sobre a medida de indisponibilidade no contexto de ações de improbidade administrativa, considerando as mudanças legislativas recentes, que alteraram sobremaneira a matéria.

Considerando esse cenário e as disposições da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), é correto afirmar que:

- (A) o pedido de indisponibilidade de bens será deferido mediante a demonstração, no caso concreto, de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em dez dias;
- (B) a ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar contas bancárias e, apenas na inexistência dessas, o bloqueio de veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios, aeronaves, ações e quotas de sociedades e pedras e metais preciosos;
- (C) o juiz, ao apreciar o pedido de indisponibilidade de bens do réu, observará os efeitos práticos da decisão, vedada a adoção de medida capaz de acarretar prejuízo à prestação de serviços públicos;
- (D) a quantia de até sessenta salários mínimos depositada em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta corrente, não pode ser decretada indisponível;
- (E) a indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano ao erário e os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil.

32

João, diretor-executivo da sociedade empresária XYZ, após tomar ciência de que a entidade estava sendo investigada, nas esferas cível e administrativa, por praticar atos contra a administração pública federal, contratou advogados especialistas na matéria, visando à celebração de um eventual acordo de leniência.

Considerando esse cenário e as disposições da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), é correto afirmar que:

- (A) a Advocacia-Geral da União (AGU) é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira;
- (B) os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas;
- (C) a pessoa jurídica, em caso de descumprimento do acordo de leniência, ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de cinco anos, contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento;
- (D) a proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a homologação e o cumprimento dos termos do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo;
- (E) a homologação do acordo de leniência celebrado enseja a suspensão do prazo prescricional relacionado aos atos ilícitos que são por ele englobados.

33

João, em observância às formalidades legais, deflagrou um processo administrativo junto à União. Após dois meses, ele se dirigiu à repartição pública competente, sendo informado de que o referido feito se encontrava na fase de instrução. Dessa forma, João, formado em Direito, resolveu analisar as normas aplicáveis à referida fase processual, até mesmo para adotar todas as medidas que pudessem auxiliar no deferimento do seu pedido.

Considerando esse cenário e as disposições da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar que:

- (A) quando, por disposição de ato normativo, devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes;
- (B) quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela administração para a respectiva apresentação implicará a aplicação de multa;
- (C) quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de dez dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo;
- (D) os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de cinco dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização;
- (E) o interessado, encerrada a instrução, terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de quinze dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.

34

De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, os órgãos e entidades da Administração Pública deverão utilizar o sistema de registro cadastral unificado, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para efeito de cadastro unificado de licitantes.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 sobre o registro cadastral, procedimento auxiliar das licitações e contratações, é correto afirmar que:

- (A) o sistema de registro cadastral unificado será público e deverá ser amplamente divulgado e estar permanentemente aberto aos interessados, e será obrigatória a realização de chamamento público pela Internet, no mínimo semestralmente, para atualização dos registros existentes e para ingresso de novos interessados;
- (B) a administração não poderá, como regra, realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados, salvo em casos excepcionais, devidamente fundamentados, desde que atendidos os critérios, as condições e os limites estabelecidos em regulamento;
- (C) o registro de inscrito que deixar de satisfazer exigências determinadas na Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) ou por regulamento a qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado;
- (D) certificado, renovável automática e anualmente, será fornecido ao inscrito no cadastro, salvo manifestação em sentido contrário do interessado;
- (E) o órgão ou entidade licitante poderá exigir registro cadastral complementar para acesso a edital e anexos.

35

João, jornalista investigativo, ingressou com pedido de acesso à informação XYZ junto à Administração Pública Federal, sendo informado, após a observância das formalidades legais, que o pedido não poderia ser deferido, porquanto a referida informação estaria submetida a sigilo, no grau ultrassecreto. João, então, passou a analisar a legislação de regência, para verificar quais autoridades teriam competência para determinar a medida.

Considerando esse cenário e as disposições da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), a classificação do sigilo da informação, no grau ultrassecreto, é de competência do:

- (A) presidente da República, do vice-presidente da República, dos ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, dos chefes de missões diplomáticas e consulares permanentes no exterior e dos titulares de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, admitindo-se a delegação pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, vedada a subdelegação;
- (B) presidente da República, do vice-presidente da República, dos ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e dos chefes de missões diplomáticas e consulares permanentes no exterior, admitindo-se a delegação pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, vedada a subdelegação;
- (C) presidente da República, do vice-presidente da República, dos ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas e dos titulares de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, vedando-se a delegação pela autoridade responsável a agente público;
- (D) presidente da República, do vice-presidente da República e dos titulares de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, vedando-se a delegação pela autoridade responsável a agente público;
- (E) presidente da República e do vice-presidente da República, vedando-se a delegação pela autoridade responsável a agente público.

36

João, jornalista, Matheus, artista, e Luiz, estudante, debateram sobre a importância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e os reflexos que a referida legislação possui na atividade profissional de cada qual.

Nesse cenário, é correto afirmar que a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados):

- (A) não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos, tampouco para fim exclusivamente artístico. Por outro lado, a legislação é aplicável ao tratamento de dados pessoais realizado para fim exclusivamente jornalístico;
- (B) se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos. Igualmente, a legislação é aplicável ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico e artístico;
- (C) não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos. Por outro lado, a legislação é aplicável ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico e artístico;
- (D) se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos. Por outro lado, a legislação não é aplicável ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico e artístico;
- (E) não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos. Igualmente, a legislação não é aplicável ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico e artístico.

37

O diretor-executivo da sociedade empresária ABC, ao verificar que o estado Alfa publicou edital de licitação pública, determinou que a sua assessoria jurídica lhe apresentasse um parecer sobre a alocação de riscos no contexto dos contratos administrativos, visando a uma tomada de decisão informada sobre a participação ou não no processo licitatório.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), é correto afirmar que:

- (A) o equilíbrio econômico-financeiro, atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, inclusive no que se refere ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato;
- (B) o contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado, vedando-se o compartilhamento de riscos;
- (C) a matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, devendo ser observada na solução de eventuais pleitos das partes, salvo em relação a eventos supervenientes;
- (D) a alocação dos riscos contratuais será quantificada para fins de projeção dos reflexos de seus custos no valor estimado da contratação;
- (E) os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente assumidos pelo setor público.

38

A Mesa da Câmara dos Deputados encaminhou pedido escrito de informações ao ministro das Relações Exteriores, versando sobre temática internacional com reflexo nas exportações do agronegócio brasileiro. Nada obstante, passados sessenta dias, não houve qualquer resposta ao pleito formulado. Além disso, a Câmara dos Deputados convocou o ministro da Fazenda para prestar, pessoalmente, informações sobre o mesmo assunto, em razão das repercussões da matéria na esfera econômica do país. Contudo, na data designada, a autoridade deixou de comparecer, sem apresentar qualquer justificativa.

Considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) o ministro das Relações Exteriores incorreu em crime de responsabilidade, porquanto a Mesa da Câmara dos Deputados tem a prerrogativa de encaminhar pedido escrito de informações ao presidente da República, ao vice-presidente da República, a ministros de Estado e quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. Por outro lado, o ministro da Fazenda não cometeu crime de responsabilidade, porquanto a convocação para comparecimento pessoal de autoridades do Poder Executivo Federal não tem assento constitucional;
- (B) o ministro da Fazenda incorreu em crime de responsabilidade, porquanto a Câmara dos Deputados tem a prerrogativa de convocar o presidente da República, o vice-presidente da República, ministros de Estado e quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado. Por outro lado, o ministro das Relações Exteriores não cometeu crime de responsabilidade, porquanto o pedido escrito de informações tem caráter não vinculante;
- (C) o ministro da Fazenda incorreu em crime de responsabilidade, porquanto a Câmara dos Deputados tem a prerrogativa de convocar ministros de Estado e quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado. Por outro lado, o ministro das Relações Exteriores não cometeu crime de responsabilidade, porquanto o pedido escrito de informações tem caráter não vinculante;
- (D) o ministro das Relações Exteriores e o ministro da Fazenda não incorreram em crime de responsabilidade, porquanto as autoridades do Poder Executivo Federal não estão sujeitas à convocação da Câmara dos Deputados;
- (E) o ministro das Relações Exteriores e o ministro da Fazenda incorreram em crime de responsabilidade.

39

Luiz ingressou, em juízo, com uma demanda, ao argumento de que a ausência de determinada norma regulamentadora estava tornando inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e de prerrogativas inerentes à cidadania.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que Luiz ingressou, em juízo, com um (uma):

- (A) mandado de segurança;
- (B) mandado de injunção;
- (C) ação civil pública;
- (D) ação popular;
- (E) *habeas data*.

40

João tomou ciência de que o Ministério Público deflagrou um inquérito civil para apurar suposto ato doloso de improbidade administrativa por ele perpetrado. Dessa forma, o agente público procurou o auxílio de um advogado, que lhe prestou os devidos esclarecimentos sobre o inquérito civil e as consequências dele decorrentes.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), é correto afirmar que o(a):

- (A) inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de trezentos e sessenta e cinco dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado, submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica;
- (B) instauração de inquérito civil para apuração de atos de improbidade administrativa suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, trezentos e sessenta e cinco dias, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído, após esgotado o prazo de suspensão;
- (C) inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de cento e oitenta dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado submetido à apreciação do juízo competente;
- (D) instauração de inquérito civil para apuração de atos de improbidade administrativa não impede o transcurso do prazo prescricional, que será interrompido pelo recebimento da petição inicial na ação de improbidade administrativa;
- (E) instauração de inquérito civil para apuração de atos de improbidade administrativa não impede o transcurso do prazo prescricional, que será suspenso pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa.

41

No ano passado, o servidor João, de forma culposa, inobservou o sigilo legal de determinado processo administrativo que tramitava na Comissão de Valores Mobiliários, durante operação realizada no sistema eletrônico de informações – SEI.

Com a finalidade de assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados da bolsa e de balcão e de evitar novos vazamentos ilegais de informações sigilosas, atualmente está em curso na CVM um processo administrativo em que se estuda a possibilidade de edição de ato normativo estabelecendo que todas as informações e documentos que tramitem no SEI da CVM devam ser classificados como restritos ou sigilosos, não havendo mais acesso público a tal sistema.

Instada a lançar manifestação sobre essa proposta, Maria, analista da CVM que assessora a Presidência, deve indicar, na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal, que o mencionado ato normativo:

- (A) não deve ser editado, pois são consideradas sigilosas informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam pôr em risco a defesa e a soberania nacionais, limitados a um ano os casos de sigilo daquelas que possam oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do país, desde que haja motivação específica e expressa;
- (B) não deve ser editado, pois o ato restritivo de publicidade deve ser motivado objetiva, específica e formalmente, sendo nulos os atos públicos que imponham, genericamente e sem fundamentação válida e específica, impeditivo do direito fundamental à informação;
- (C) pode ser editado, pois as informações tratadas pela CVM, por sua natureza, são classificadas como reservadas, diante da competência legal da autarquia para estimular a formação de poupança e a sua aplicação em valores mobiliários, devendo o sigilo ser automaticamente levantado após três anos do lançamento da informação;
- (D) pode ser editado, pois as informações tratadas pela CVM, por sua natureza, são classificadas como secretas, diante da competência legal da autarquia para promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações, devendo o sigilo ser levantado, de forma motivada, após cinco anos do lançamento da informação;
- (E) pode ser editado, pois as informações tratadas pela CVM, por sua natureza, são classificadas como ultrassecretas, diante da competência legal da autarquia para assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários, devendo o sigilo ser automaticamente levantado após quinze anos.

42

Maria, no ano de 2022, foi condenada judicialmente em definitivo pela prática de determinado crime. Durante o período em que cumpria pena, ela foi aprovada no concurso público para cargo efetivo na autarquia federal Alfa. Maria obteve o livramento condicional e, logo em seguida, foi convocada para nomeação e posse no cargo para o qual foi aprovada, mas a autarquia Alfa, ao receber seus documentos, a eliminou do concurso, alegando que Maria não preenchia um dos requisitos legais para investidura no cargo, qual seja, o gozo dos direitos políticos. Inconformada, Maria impetrou mandado de segurança, pretendendo sua nomeação e posse.

No caso em tela, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, a suspensão dos direitos políticos por condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos:

- (A) impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, em observância aos princípios da legalidade e moralidade, uma vez que o estatuto dos servidores públicos civis da União dispõe que, entre os requisitos básicos para investidura em cargo público, estão o gozo dos direitos políticos e a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- (B) impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, em observância ao texto da Carta Magna que estabelece que é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará em alguns casos, como na hipótese de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
- (C) impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, em observância aos princípios da eficiência e razoabilidade, observado o prazo máximo de até cinco anos após a extinção da pena por seu cumprimento, pois a Constituição da República veda pena perpétua;
- (D) não impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, por violação ao princípio da proibição de pena perpétua, aplicável na esfera administrativa, e o início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado à reabilitação do condenado, com o devido processo legal tanto na esfera criminal, como na administrativa;
- (E) não impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, desde que não incompatível com a infração penal praticada, em respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho e ao dever do Estado em proporcionar as condições necessárias para a harmônica integração social do condenado, e o início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado ao regime da pena ou à decisão judicial do juízo de execuções, que analisará a compatibilidade de horários.

43

O município Alfa e a organização social Beta firmaram parceria para fomento e execução de atividades relacionadas à proteção e preservação do meio ambiente, nos termos da legislação de regência.

Observadas as cautelas legais, o instrumento firmado é denominado:

- (A) termo de parceria, em cuja elaboração deve ser observada a estipulação dos valores exatos de despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados da organização social, no exercício de suas funções;
- (B) convênio, que deve ser submetido, após aprovação pelo conselho de administração da entidade, à autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada, qual seja, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, bem como aos demais órgãos do sistema nacional de meio ambiente;
- (C) termo de cooperação técnica, e os resultados atingidos com sua execução devem ser analisados, mensalmente, por comissão de avaliação, indicada pela autoridade supervisora da área correspondente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação;
- (D) contrato de concessão, que assegura, à organização social, direito aos créditos previstos no orçamento e às respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato, com a posterior análise pelo Tribunal de Contas e Procuradoria local, em matéria de controle externo;
- (E) contrato de gestão, em cuja elaboração deve ser observada a especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade.

44

Pedro, analista da Comissão de Valores Mobiliários, no exercício da função, praticou ato ilícito que, com o comprovado nexos causal, resultou em danos morais e materiais ao administrado Antônio, sem a incidência de quaisquer causas de excludente de responsabilidade civil.

No caso em tela, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, Pedro deve direcionar ação indenizatória em face de(a):

- (A) Antônio, agente público responsável pelo ato ilícito, diretamente, com base em sua responsabilidade civil objetiva, em que não há necessidade de se comprovar culpa ou dolo do agente;
- (B) Comissão de Valores Mobiliários, com base na teoria da dupla garantia, incidindo a responsabilidade civil objetiva, em que não há necessidade de se comprovar culpa ou dolo do agente;
- (C) União, com base na teoria da garantia, incidindo a responsabilidade civil objetiva, em que não há necessidade de se comprovar culpa ou dolo do agente;
- (D) Comissão de Valores Mobiliários, com base na responsabilidade civil objetiva, em que não há necessidade de se comprovar culpa ou dolo do agente, sendo inviável qualquer responsabilidade civil da União por ato lícito de seus agentes;
- (E) União, com base na responsabilidade civil subjetiva, em que há necessidade de se comprovar culpa ou dolo do agente, sendo inviável qualquer responsabilidade civil da União por ato lícito de seus agentes.

45

A Assembleia Legislativa do estado Alfa descumpriu os limites de gastos com pessoal, razão pela qual a União proibiu o estado Alfa de realizar operações de crédito e de receber transferências de recursos federais, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, não obstante a inexistência de irregularidades no tema pelo Poder Executivo estadual.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a União agiu:

- (A) corretamente, pois a Assembleia Legislativa faz parte da administração direta do estado Alfa;
- (B) corretamente, pois a Assembleia Legislativa é pessoa jurídica de direito público da administração indireta do estado Alfa;
- (C) corretamente, pois é o ente federativo do estado Alfa que mantém relação jurídica contratual com a União;
- (D) incorretamente, por violação ao princípio da intranscendência, pois o Poder Executivo não tem competência para intervir na esfera orgânica do Legislativo;
- (E) incorretamente, por violação ao princípio da impessoalidade, pois é inconstitucional restrição imposta pela União aos estados por ilegalidades cometidas por gestores públicos, que devem ser responsabilizados pessoalmente.

Administração Financeira e Orçamentária

46

A equipe da secretaria de planejamento de determinado município enviou a proposta orçamentária anual (PLOA) para a apreciação e aprovação do Poder Legislativo. Alguns dias após o envio do PLOA, o gestor recebeu demandas efetivas para realização de obras em vias públicas que não haviam sido incluídas na proposta enviada. Em contato com a secretaria de planejamento, foi informada a necessidade de contratar operação de crédito para atender à demanda. Com base nisso, o gestor autorizou que a despesa fosse incluída no PLOA.

Nesse contexto, a atitude do gestor público é:

- (A) necessária, em atendimento ao princípio da universalidade;
- (B) desnecessária, uma vez que deveria autorizar ainda dentro do próprio exercício;
- (C) desnecessária, uma vez que poderia solicitar abertura de créditos extraordinários;
- (D) necessária, em atendimento ao princípio da exclusividade;
- (E) necessária, em atendimento ao princípio da unidade.

47

O presidente da República, ao ser eleito no seu primeiro mandato, buscou informações, com a equipe técnica da Secretaria de Orçamento Federal, acerca da necessidade da criação de institutos federais em regiões periféricas para atender a uma população invisibilizada.

A equipe prontamente explicou que, para atender à demanda, à luz das características do orçamento-programa, é preciso que:

- (A) sejam definidos os principais critérios classificatórios: unidades administrativas e elementos;
- (B) as decisões orçamentárias sejam tomadas, tendo em vista as necessidades das unidades organizacionais;
- (C) sejam definidos os objetivos governamentais;
- (D) a estrutura do orçamento dê ênfase aos aspectos contábeis de gestão;
- (E) as necessidades financeiras das unidades organizacionais sejam consideradas.

48

Um ente público, ao elaborar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Estado, deixou de compreender alguns requisitos fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

Dentre eles, é correto identificar:

- (A) controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- (B) limites para elaboração das propostas orçamentárias do Poder Judiciário e Ministério Público;
- (C) condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- (D) concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita;
- (E) estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

49

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), após apreciação e aprovação pelo Poder Legislativo, retornou para o presidente da República. Após 29 dias do recebimento, o presidente identificou que a sua proposta de aplicar R\$ 1 bilhão em ações na área de segurança pública não foi aprovada.

À luz do rito do processo legislativo, o PLOA deverá ser:

- (A) vetado;
- (B) emendado;
- (C) publicado;
- (D) sancionado;
- (E) promulgado.

50

Uma Unidade Orçamentária (UO), na sua atuação no processo orçamentário, compreendeu a consolidação e formalização de sua proposta orçamentária da despesa por:

- (A) objetivo, programa e função;
- (B) programa, função e ação;
- (C) programa, ação e subtítulo;
- (D) programa, função e subfunção;
- (E) programa, origem e função.

51

O órgão legislativo, ao apreciar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de um ente público, aprovou as propostas de emenda no limite de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL), observando que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde, com base na:

- (A) RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto;
- (B) média da RCL dos três últimos exercícios;
- (C) RCL do exercício do encaminhamento do projeto;
- (D) média da RCL dos dois últimos exercícios;
- (E) RCL estimada para o exercício anterior.

52

Um analista orçamentário, ao final do exercício, identificou que existiam saldos de créditos adicionais a empenhar. Dessa forma, realizou um levantamento para apurar os valores que poderão ser reabertos no exercício seguinte:

Crédito	Abertura	Saldo Final
Suplementar	Outubro	R\$ 30.000
Especial	Setembro	R\$ 20.000
Extraordinário	Dezembro	R\$ 70.000

Após a apuração, ele chegou à conclusão de que poderão ser reabertos somente os créditos:

- (A) suplementares e especiais;
- (B) suplementares e extraordinários;
- (C) extraordinários;
- (D) especiais;
- (E) especiais e extraordinários.

53

A Construtora ABC, após ser a vencedora do certame licitatório para construir e operar uma estação de tratamento de esgoto em um estado, foi convocada a apresentar garantia de que iria cumprir o contrato, conhecida como garantia de *performance*.

Os recursos que ingressaram no ente estatal no valor total da garantia representam uma receita:

- (A) orçamentária;
- (B) de capital;
- (C) corrente;
- (D) extraorçamentária;
- (E) patrimonial.

54

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em relação à meta fiscal, prevê para 2025: "Com menores resultados fiscais, a dívida pública deverá subir de 76,6% do PIB em 2024 para 79,7% em 2027. A projeção final da LDO é para 2034, quando a dívida chegaria a 74,5%. 'Essa situação é explicada pela previsão de taxas de juros reais acima da taxa estrutural de equilíbrio, resultando em um custo real de financiamento da dívida pública superior à taxa real de crescimento econômico. Isso dificulta a estabilização da dívida durante o período analisado, mesmo considerando um cenário de superávit primário'". (Fonte: Agência Câmara de Notícias)

Com a expectativa de aumento da dívida pública em 2027, o presidente, com o auxílio da sua equipe de planejamento, deverá acompanhar, conforme a Lei nº 4.320/1964:

- (A) as despesas de custeio em relação aos juros da dívida pública e as inversões financeiras em relação à amortização da dívida pública;
- (B) as despesas de custeio em relação aos juros da dívida pública e as transferências de capital em relação à amortização da dívida pública;
- (C) as transferências correntes em relação aos juros da dívida pública e as transferências de capital em relação à amortização da dívida pública;
- (D) as transferências correntes em relação aos juros da dívida pública e as inversões financeiras em relação à amortização da dívida pública;
- (E) as despesas de custeio em relação aos juros da dívida pública e os investimentos em relação à amortização da dívida pública.

55

Um analista orçamentário, ao elaborar o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), identificou que cometeu um erro ao demonstrar o valor total da Dívida Consolidada Líquida (DCL).

Nesse sentido, em tempo hábil, a emissão do RGF buscou apurar o montante da dívida consolidada, deduzidas:

- (A) as disponibilidades de caixa, os investimentos resgatáveis e os demais haveres;
- (B) as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros;
- (C) as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e as provisões;
- (D) as disponibilidades de caixa e os adiantamentos;
- (E) as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras, demais haveres financeiros e restos a pagar processados.

56

Um cidadão, que acompanha o orçamento público da cidade em que mora e é muito estudioso, não compreendeu a razão de identificar, no balanço patrimonial, as dívidas fundadas, tanto no passivo financeiro quanto no passivo permanente.

Dirigindo-se à Secretaria de Planejamento e questionando a razão desse registro, o agente público informou:

- (A) que o passivo permanente compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate;
- (B) que se trata de um erro material e que irá proceder à apuração e correção;
- (C) que o passivo permanente compreende as dívidas fundadas e outras que dependam ou não de autorização legislativa para amortização ou resgate;
- (D) que o passivo financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras cujo pagamento dependa de autorização orçamentária;
- (E) que o passivo financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras cujo pagamento dependa ou não de autorização orçamentária.

57

Um servidor público, para realizar um serviço especial, necessitou de adiantamento de numerários para cobrir despesas eventuais com a viagem, sendo prontamente atendido pelo ente público. No retorno da sua viagem, realizou a devida prestação de contas, inclusive com a devolução de quantia não utilizada.

No que se refere à devolução de valores não aplicados (exercício seguinte ao da concessão), o analista orçamentário procedeu ao seguinte lançamento de natureza de controle:

- (A) D 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho
C 8.2.1.1.x.xx.xx Execução da Disponibilidade de Recursos;
- (B) D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos
C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR);
- (C) D 8.2.1.1.4.xx.xx DDR Utilizada
C 8.2.1.1.3.xx.xx DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias;
- (D) D 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)
C 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho;
- (E) D 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho
C 8.2.1.1.3.xx.xx DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias.

58

Suponha-se que uma ação de estruturação de unidades de saúde tenha sido prevista no PLOA para ocorrer no município. No novo cadastro padronizado de localizadores municipais, o município recebeu o código 3290, e, assim, a proposta foi encaminhada para o Congresso Nacional. Após a fase de apreciação e proposição de emendas pelo Congresso, essa ação retornou com um segundo localizador no mesmo município.

Nesse sentido, o parlamentar pode:

- (A) devolver o PLOA para corrigir o localizador;
- (B) não aprovar o PLOA no que trata da unidade de saúde;
- (C) realizar emenda ao PLOA, restringindo valores às unidades de saúde, pela iminência de os recursos não serem destinados;
- (D) aguardar a correção do PLOA a ser realizada pelo Poder Executivo;
- (E) complementar a regionalização da ação por ele proposta com uma localização mais específica, destinando o recurso para uma entidade situada naquele município.

59

Um ente público deseja destinar certa quantia de recursos ao setor privado, atendendo às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A destinação dos recursos está prevista na Lei Orçamentária do ente.

Ao analisar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), identificou-se que as formas previstas para essa destinação deverão ser:

- (A) empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, composição de dívidas, concessão de subvenções e participação em constituição ou aumento de capital;
- (B) empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, composição de dívidas, concessão de subvenções e para aumento de pessoal;
- (C) empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, composição de dívidas, concessão de subvenções e investimentos;
- (D) empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, composição de dívidas, concessão de subvenções e aumento de estoque;
- (E) empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, composição de dívidas, concessão de subvenções, sem possibilidade de aumentar capital.

60

As unidades responsáveis pelas atividades de orçamento, como uma organização do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, compreendem, na forma da lei, que as suas competências não podem extrapolar os limites legais, como, por exemplo, ter conflito com a competência das unidades responsáveis pelas atividades de planejamento. Sendo assim, após o ingresso de novos agentes públicos, a equipe realizou uma capacitação observando que as suas competências abrangem:

- I. realizar estudos e pesquisas sócio-econômicas e análises de políticas públicas;
- II. acompanhar e avaliar a execução orçamentária e financeira, sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos;
- III. realizar estudos e pesquisas concernentes ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento do processo orçamentário federal.

São de fato competências das unidades responsáveis pelas atividades de orçamento apenas:

- (A) I;
- (B) III;
- (C) I e II;
- (D) I e III;
- (E) II e III.

Auditoria Governamental

61

A gestão de uma organização pública com atuação em cinco regiões de um mesmo estado da Federação implantou um sistema centralizado para compras e contratações, inclusive de serviços de natureza continuada. A organização investiu no aperfeiçoamento dos processos de logística de recebimento e distribuição de materiais e também nos processos de fiscalização dos serviços prestados em cada polo de atuação. Nos primeiros meses foram registradas diversas falhas nos processos, inicialmente atribuídas ao estágio inicial do sistema. Após dois anos, outras falhas surgiram, inclusive relativas à inexecução contratual. O gestor solicitou a realização de auditoria, com emissão de relatório diagnóstico sobre a medida, tendo em vista avaliar a necessidade de ajustes no sistema ou até mesmo a sua continuidade.

Pela natureza do trabalho a ser feito, um critério passível de adoção para o trabalho de auditoria solicitado é o da:

- (A) economicidade;
- (B) efetividade;
- (C) fidelidade funcional;
- (D) legalidade;
- (E) legitimidade.

62

Uma entidade pública da esfera federal, dotada de autonomia administrativa, teve um dos seus projetos estratégicos em desenvolvimento auditado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com trabalhos iniciados em março de 2022 e relatório final com análise e recomendações emitido em dezembro de 2022. Em março de 2023 houve mudança da gestão da entidade, que iniciou um plano de diagnóstico e reestruturação de macroprocessos e projetos, incluindo o projeto estratégico auditado pelo TCU no ano anterior.

Considerando esse cenário, o instrumento de fiscalização a ser adotado pelo TCU em relação ao projeto estratégico auditado é o(a):

- (A) acompanhamento;
- (B) auditoria de desempenho;
- (C) levantamento;
- (D) monitoramento;
- (E) observação.

63

O planejamento de um trabalho de auditoria previa a avaliação dos controles internos relativos aos processos de recebimento e distribuição de materiais do almoxarifado de uma entidade. Trata-se de processos informatizados que envolvem pessoas e controles de acesso, mas que não estão plenamente integrados a todos os sistemas de suporte à gestão da entidade.

Nesse caso o auditor deve realizar:

- (A) procedimentos analíticos;
- (B) técnicas de conciliação;
- (C) testes de detalhes;
- (D) testes de observância;
- (E) testes substantivos.

64

Os princípios fundamentais de auditoria do setor público (ISSAI 100) orientam que, durante todas as etapas de um trabalho de auditoria, os auditores gerenciem o risco da auditoria, com planejamento e execução de procedimentos capazes de gerar evidências suficientes, adequadas, relevantes e em bases razoáveis para fundamentar as suas conclusões.

Em se tratando de risco de auditoria, o que deve ser efetivamente gerenciado é o risco de:

- (A) não alcançar um nível de asseguuração razoável;
- (B) não conseguir bases para formar a opinião de auditor;
- (C) não detectar as falhas dos controles internos;
- (D) que a independência do auditor seja comprometida;
- (E) que o relatório de auditoria seja inapropriado.

65

Um auditor júnior foi designado para compor a equipe de auditoria para atuar em uma empresa estatal da área de saneamento. Esse auditor ficou responsável pela organização da documentação de auditoria e foi orientado a considerar as normas do Tribunal de Contas da União (TCU).

Na organização da documentação de auditoria, o auditor júnior deve levar em conta que:

- (A) a primeira revisão dos papéis de trabalho deve ser realizada pelo próprio auditor que os elaborou;
- (B) todos os papéis de trabalho devem ser classificados em sigilosos ou não ao final da auditoria;
- (C) documentos preparados pela entidade auditada não devem ser incluídos na documentação de auditoria;
- (D) os documentos precisam ser reunidos apenas quando do início dos procedimentos substantivos;
- (E) entrevistas gravadas precisam ser transcritas para serem consideradas documentos de auditoria.

66

Em um trabalho de auditoria, ao analisar a conta de despesas com pessoal para fins de controle e acompanhamento dos limites fiscais impostos a esse tipo de despesa, um auditor verificou que despesas com contratação de serviços terceirizados com mão de obra em regime de dedicação exclusiva foram indevidamente consideradas como despesa de pessoal.

Nesse caso, a conta de despesas com pessoal deve:

- (A) passar pelos testes principal e secundário de avaliação de saldos;
- (B) passar por procedimentos de revisão analítica a cada quadrimestre;
- (C) ser analisada em testes secundários para verificação do cumprimento do respectivo limite;
- (D) ser submetida a teste principal para superavaliação;
- (E) ter seu saldo registrado como evidência de fraude fiscal.

67

Um auditor está fazendo um trabalho de auditoria em uma entidade que administra 81 contratos de prestação de serviços continuados, para os quais foram realizadas 972 medições ao longo do exercício financeiro objeto da auditoria. Uma parte desses contratos estava no primeiro ano e outra parte era de contratos que já tinham sido renovados pelo menos uma vez.

O auditor precisava selecionar amostras aleatórias em cada um desses grupos de contratos e, para isso, deveria aplicar uma amostragem:

- (A) por quotas;
- (B) aleatória simples;
- (C) aleatória sistemática;
- (D) aleatória estratificada;
- (E) por unidades monetárias.

68

Em um trabalho de auditoria iniciado a partir de indícios apontados pelo superintendente de contratos, um auditor está em busca de evidências de fraudes na medição mensal de um contrato de manutenção de aparelhos de ar condicionado, com fornecimento de mão de obra e materiais. Os indícios de fraudes apontam possível envolvimento dos fiscais do contrato com a empresa contratada. As medições referem-se aos últimos dois anos.

O auditor considera viável a obtenção de evidências analíticas, que podem ser levantadas a partir de técnicas como:

- (A) conciliação e análise de contas;
- (B) revisão analítica e observação direta;
- (C) conferência de cálculos e circularização;
- (D) mapa de processo e extração eletrônica de dados;
- (E) cruzamento eletrônico de dados e indagação escrita.

69

Os procedimentos previstos em uma matriz de planejamento de auditoria devem ser executados pela equipe de auditoria em busca de achados, que serão desenvolvidos na matriz de achados. O desenvolvimento dos achados é o processo mais importante de uma auditoria, pois são eles que fundamentam as conclusões. Por isso, ao atuar na elaboração de uma matriz de achados, um auditor deve considerar que:

- (A) achados podem envolver tanto impropriedades como irregularidades, e ambas devem ser tratadas;
- (B) é recomendável evitar desenvolver achados com base em evidências testemunhais;
- (C) há dois aspectos mínimos a serem contemplados: causa e efeitos reais e potenciais;
- (D) os critérios adotados devem ser consistentes, independentemente do escopo da auditoria;
- (E) somente efeitos reais da situação encontrada devem ser tratados nas recomendações.

70

Uma entidade autárquica federal teve um projeto de grande vulto, financiado por recursos do tesouro e também de organismos internacionais, auditado por uma instância superior de auditoria, e recebeu um relatório após três meses de conclusão do trabalho. Em atenção à relevância do projeto, o gestor da autarquia solicitou à sua equipe de suporte uma avaliação detalhada dos apontamentos e recomendações mais relevantes. Após a análise do relatório, a equipe não conseguiu identificar recomendações relevantes baseadas em evidências, pois a ênfase do relatório situou-se no apontamento, de forma genérica, de deficiências de gestão, que são comuns a muitas entidades com limitações de recursos. O principal conselheiro do gestor avaliou que o relatório não continha um tom de encorajamento ao gestor para agir sobre os achados e propostas encaminhadas pelos auditores.

Conclui-se, portanto, que o relatório de auditoria foi considerado deficiente quanto ao seguinte requisito de qualidade:

- (A) completude;
- (B) exatidão;
- (C) imparcialidade;
- (D) objetividade;
- (E) relevância.

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

